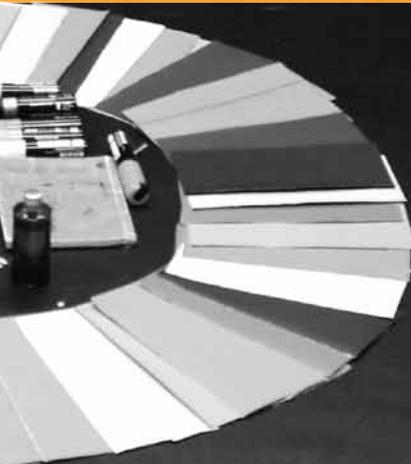


SUJEITOS, FRUTOS E PERCURSOS

PROJETO JOVENS FACILITADORES DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS



REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



Jd. S.

Camp

Itape

Luís
o Limpo
cerica





SUJEITOS, FRUTOS E PERCURSOS

PROJETO JOVENS FACILITADORES DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS

FICHA TÉCNICA

SUJEITOS, FRUTOS E PERCURSOS: JOVENS FACILITADORES DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS

■ CDHEP

Centro de Direitos Humanos e Educação
Popular do Campo Limpo

PRESIDENTA: Mariana Pasqual Marques

■ ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO

2013 - 2016

Alessandra Tavares

Carlos Aparecido Pereira

Fabiana Ivo

Fernanda Laender

Jaqueline Gomes

Márcio Bhering

Mariana Brito

Mariana Pasqual Marques

Milena Mateuzi Carmo

Rodolfo Valente

Sara Silas

Silene Amorim

■ ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO:

Milena Mateuzi Carmo, Alessandra Tavares,
Márcio Bhering, Mariana Brito

■ REVISÃO: Luis Barbosa

■ PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Silvana Martins

■ FOTO DE CAPA: Dandara Gomes

■ ILUSTRAÇÃO: Carolina Teixeira

■ CRÉDITOS DE FOTOS

Página 8, 10, 12, 47, 78, 82, 84, 86, 87, 89:

Dandara Gomes

Página 12: Renata Signore

Página 24, 26, 28, 29, 30, 34, 37, 38, 56,

60, 63, 90: José Cícero Da Silva

Página 44: Léo Britto

Página 50, 58, 59: Nenesurreal

Página 67, 68: Arquivo Núcleo Desabotoar

Demais fotos: Arquivo Institucional

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | APRESENTAÇÃO | 8 |
| 2 | UMA INTRODUÇÃO PARA INÍCIO DE PROSA | 10 |
| 3 | O PROJETO JOVENS FACILITADORES DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS: PERCURSOS, SUJEITOS E FRUTOS | 14 |
| 4 | TERRITÓRIO E LUTAS | 24 |
| 4.1 | CAMINHOS, HISTÓRIAS E RESISTÊNCIAS NA SUL | 26 |
| 4.2 | JUVENTUDE E RESISTÊNCIA | 36 |
| 5 | MULHER, RAÇA, POBREZA | 42 |
| 5.1 | COMO SE ENCARAM OS POBRES? | 44 |
| 5.2 | MULHER E PERIFERIA | 50 |
| 5.3 | MULHER E LUTA | 56 |
| 6 | RACISMO E PRECONCEITO, SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE | 60 |
| 7 | OS NÚCLEOS COMUNITÁRIOS DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS | 64 |
| 7.1 | NÚCLEO DESABOTOAR | 66 |
| 7.2 | NÚCLEO ESPORTE | 70 |
| 7.3 | ZUMALUMA E AS PRÁTICAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA | 76 78 |
| 7.4 | NÚCLEO DE MULHERES NEGRAS | 84 |
| 7.5 | PERIFERIA SEGUE SANGRANDO | 90 |
| 8 | DEPOIMENTOS | 90 |
| 9 | FIM DE UM CICLO, INÍCIO DE UM NOVO CAMINHO | 94 |
| | LEITURAS QUE NOS INSPIRARAM | 96 |

APRESENTAÇÃO



>> O CDHEP, Centro de Direitos Humanos e Educação Popular, atua há mais de 35 anos em defesa dos direitos humanos em uma região que já foi considerada uma das mais violentas do país, o extremo sul da cidade de São Paulo. Sua história está enraizada na efervescência política do final da década de 70, cujos principais protagonistas eram sindicatos, movimentos sociais e as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base - ancoradas na teologia da libertação. Originou-se de uma Comissão Pastoral de Direitos Humanos que, com o passar do tempo, se tornou uma ONG que ampliou e diversificou suas atividades, tendo na luta contra a reprodução de diversas formas de violência seu foco principal.

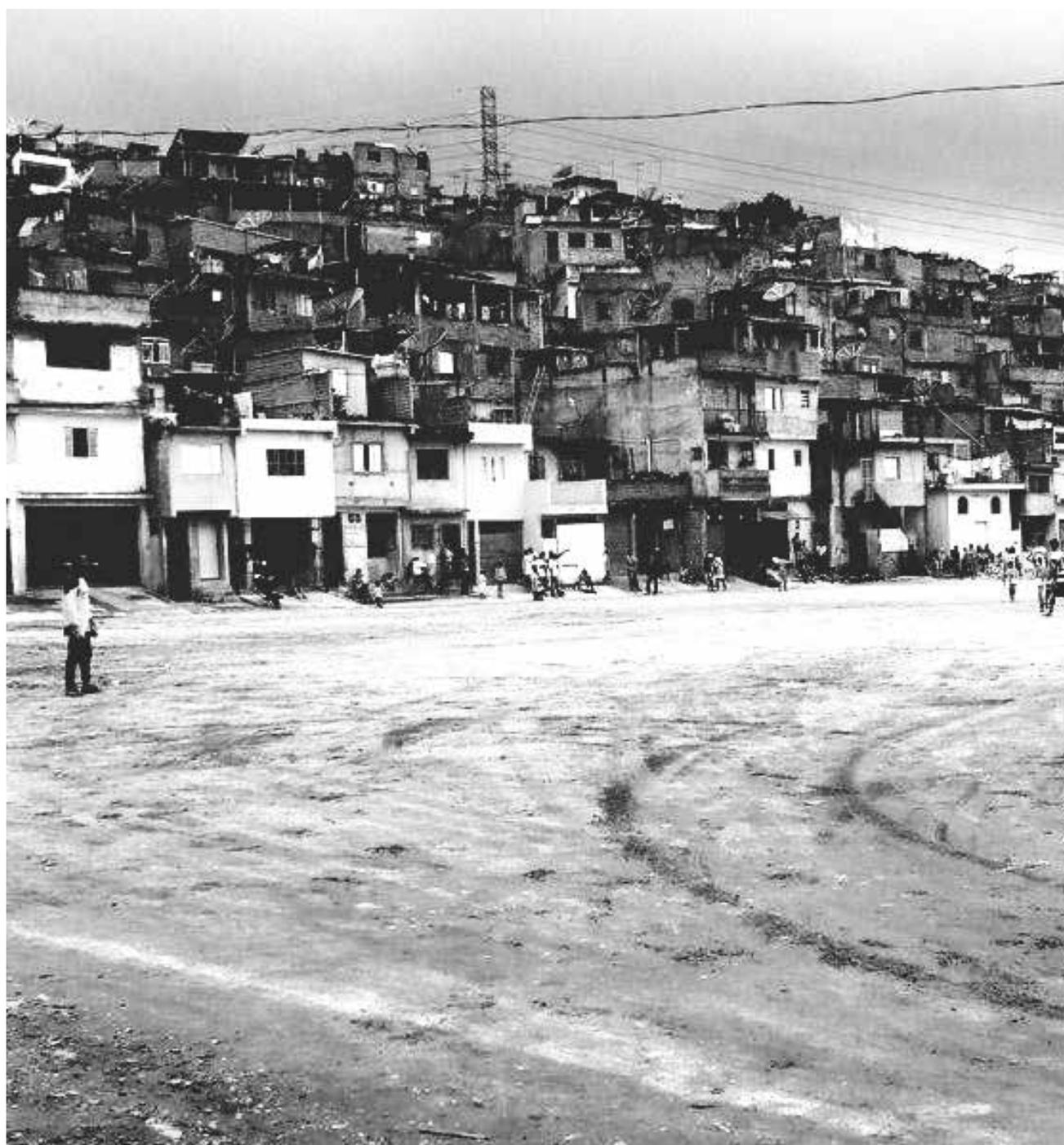
Através de sua articulação junto a movimentos sociais, lideranças comunitárias e representantes de setores do governo, a instituição vem, ao longo destes anos, promovendo formação, organizando redes e oferecendo apoio à população em episódios de violação aos direitos hu-

manos. Além disso, é protagonista em importantes articulações da sociedade civil como o Fórum em Defesa da Vida, espaço comunitário de combate à violência e de construção de propostas de políticas públicas. O CDHEP também é um grande centro de formação que trata de temas relacionados à construção da desigualdade no país e às possibilidades de resistência.

Hoje possui uma forte atuação no campo da Justiça Restaurativa, realizando capacitação, assessoria, facilitação de conflitos, etc. Esta publicação é um pedaço desta sua história. Um momento de encontro entre esta longa trajetória e os coletivos de jovens que, embora tenham surgido recentemente, herdaram toda a luta acumulada nesta região, renovando-a. Esperamos que este trabalho sirva de inspiração para outras possibilidades de resistência.

Sejam bem-vindas e bem-vindos ao caminho coletivamente trilhado para a superação da violência a partir do potencial criador dos conflitos! ■

UMA INTRODUÇÃO PARA INÍCIO DE PROSA





>>> Esta cartilha tem por objetivo apresentar o lindo caminho percorrido por diversas pessoas que buscaram não só entender os mecanismos e efeitos da reprodução da violência, como também contribuir com seu rompimento, percurso este vivido coletiva e intensamente. Em cada encontro, cada conflito, cada história e dor partilhada pudemos aprender algo mais sobre as diversas formas de violência e perceber como estas nos afetaram. As práticas e fundamentos da Justiça Restaurativa foram nossos instrumentos e, a partir deles, descobrimos o quanto a desigualdade, o racismo, o machismo, a violência contra crianças e adolescentes estão presentes nas relações cotidianas e profundamente enraizadas em práticas institucionais. Percebemos também que estas violências fizeram e fazem parte de nossa constituição, marcando nossos corpos e almas. Mas pudemos também criar espaços de partilha e cura para ressignificar a dor, protagonizar o futuro. É este percurso que gostaríamos de apresentar aqui.

A Justiça Restaurativa é uma metodologia criada como alternativa à punição de pequenos delitos, sobretudo juvenis. O Canadá foi o precursor, sendo a prática depois disseminada pelos Estados Unidos, Nova Zelândia e outras diversas partes do mundo. No final dos anos 90 foi incorporada pela Organização das Nações Unidas que, em 2001, produziu a Declaração de Princípios Básicos de Justiça Restaurativa. Embora não haja definições rígidas acerca de seus fundamentos e práticas, costuma-se considerar “processo restaurativo”:

[...] qualquer procedimento em que a vítima e o ofensor, além, quando apropriado, de indivíduos outros como familiares ou membros da comunidade, participam juntos e ativamente, por meio de mecanismos de conciliação, na solução dos problemas suscitados pela prática do crime, dispondo, geralmente, da ajuda de um facilitador. O “resultado restaurativo”, por sua vez, é o acordo alcançado ao fim de um processo restaurativo, abrangendo soluções como a reparação, a restituição e a prestação de serviços à comunidade, destinadas a responder às necessidades e às responsabilidades individuais e coletivas e centradas na reintegração social da vítima e do ofensor. (Benetti, 2009; p. 44)

O desenvolvimento da JR está então atrelado ao Judiciário, e é desta forma que entra no Brasil, principalmente nas varas de infância e juventude. O CDHEP tem seu primeiro contato com esta metodologia em 2006, por intermédio das missionárias

Petronella Boonen e Joanna Blaney, que começaram a experimentar diversas destas práticas em uma perspectiva comunitária na periferia de São Paulo. Petronella inclusive defende uma tese de doutorado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo buscando apresentar as possibilidades da articulação entre a justiça restaurativa e a educação no sentido de “favorecer a educação para a cidadania, para formar sujeitos de direito, capazes de assumir responsabilidade no mundo político, dando maior consistência ao propósito de restaurar o justo e instaurar o direito” (Boonen, 2011; p. 7). Nascia então a perspectiva comunitária da justiça restaurativa desenvolvida pelo CDHEP, sendo suas principais ferramentas naquele momento: a ESPERE - Escola de Perdão e Reconciliação -, o Círculo de Paz e o Círculo Vítima-Ofensor e comunidade, que serão apresentados no próximo capítulo.

Depois de 7 anos da realização de processos de formação, círculos restaurativos, assessorias a instituições, surgiu a ideia do projeto Jovens



Facilitadores, viabilizado pelo patrocínio da Petrobras. Seu objetivo era aproximar o CDHEP dos inúmeros coletivos de jovens que hoje atuam como polos de resistência cultural e política na região dos distritos do Capão Redondo, Jardim Ângela, Campo Limpo e Jardim São Luis, buscando contribuir com a introdução da Justiça Restaurativa em suas práticas. Acreditávamos que a apropriação de formas não-punitivas de resolução conflitos por parte destes coletivos, que possuíam grande enraizamento comunitário, contribuiria enormemente para a diminuição da reprodução da violência nas relações cotidianas. O resultado foi surpreendente.

Foram muitas horas de profunda entrega e reflexão sobre si, sobre o outro e sobre o mundo, vividas em formações, círculos restaurativos, reuniões, supervisões, etc. Nestes momentos de partilha, nos quais buscávamos entender as raízes e as dinâmicas dos conflitos, percebemos que estes não se derivavam apenas de desavenças ou diferenças em relações interpessoais. Pelo contrário, tais desavenças, se não reproduziam, eram elas mesmas reproduzidas por formas de violência social presentes em nossa formação, sobretudo o racismo, a cultura machista, a intolerância religiosa, a homofobia e tantas outras dimensões sociais que oprimem e estigmatizam a determinados grupos.

O quanto uma relação entre pai e filha, na sutileza do cotidiano, produz e reproduz a cultura machista? Quais os efeitos da reprodução no corpo, na alma, no comportamento de uma menina? Quais são os efeitos disso também para o pai, para sua relação com a filha e sua relação com outras mulheres? O quanto esta relação pode ser violenta? O quanto ela pode ser libertadora, não só para os próprios envolvidos, mas também uma possibilidade de fortalecer a resistência ao próprio machismo? Essas foram algumas das perguntas que as pessoas se faziam partilhando suas histórias, dores, lágrimas.

Estes encontros, que de início tinham como propósito formar jovens e lideranças locais em justiça restaurativa, foi muito além, nos mostrou a importância de espaços em que as pessoas possam falar, sendo de fato ouvidas. Possam se descolar do estigma, da agressão sofrida. Consigam desnaturalizar a violência, reconhecendo-se como vítima, estabelecer limites, libertar-se da vitimização e do desejo de vingança e protagonizar seu futuro ressignificando a dor.

E este processo, embora subjetivo, não é individual. Ele é coletivo e é político. Pois aprendemos como estas violências sociais são reproduzidas nas relações interpessoais, sobretudo aquelas que se dão dentro de instituições (família, escola, abrigos, prisões, locais de trabalho, etc.). Sendo o conflito a possibilidade de revelá-las ou de reafirmá-las.

Enfim, é essa história que queremos contar, não só para reconhecer e agradecer pela entrega e esforço de cada envolvido, mas sobretudo contribuir para uma luta mais ampla de todos aqueles que buscam construir uma sociedade mais justa, igual e menos violenta. ■

ESTES ENCONTROS, QUE DE INÍCIO TINHAM COMO PROPÓSITO FORMAR JOVENS E LIDERANÇAS LOCAIS EM JUSTIÇA RESTAURATIVA, FOORAM MUITO ALÉM, NOS MOSTROU A IMPORTÂNCIA DE ESPAÇOS EM QUE AS PESSOAS POSSAM FALAR, SENDO DE FATO OUVIDAS.

O PROJETO JOVENS FACILITADORES DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS: PERCURSOS, SUJEITOS, FRUTOS





>>> Foi com muita alegria que recebemos a notícia, naquela manhã de agosto de 2013, de que seríamos contemplados com o patrocínio da Petrobras para realizar nosso projeto. Enfrentaríamos agora mais um desafio, mais uma etapa que considerávamos fundamental não só para o percurso da Justiça Restaurativa no CDHEP, como também mais uma tentativa de romper com a reprodução da violência. Conceitos e práticas elaborados ao longo de mais de 7 anos seriam agora experimentados e reformulados junto a um grupo de jovens militantes da região, com quem o projeto já havia sido inicialmente pensado. Tinha início o Projeto Jovens Facilitadores de Práticas Restaurativas.

O objetivo geral foi o de capacitar profissionalmente jovens atuantes na região do Jardim Ângela e Capão Redondo, na Zona Sul de São Paulo, para atuarem como facilitadores de práticas restaurativas em conflitos juvenis em núcleos comunitários que seriam implementados no território. E os específicos: **1.** Capacitação em fundamentos e práticas da justiça restaurativa para jovens membros de coletivos juvenis e moradores e moradoras da região de atuação dos futuros Núcleos Comunitários de Justiça Restaurativa; **2.** Estruturação e apoio dos Núcleos Comunitários de Justiça Restaurativa; **3.** Sustentabilidade, sistematização e publicização do projeto. Processo e resultados são descritos nesta publicação.



momentos dos cursos de fundamentos e práticas de justiça restaurativa



rostos que fizeram parte desta história, fragmentos de um processo. O curso foi um momento importante para criar vínculos dando sustentação para continuidade do projeto.



Estes objetivos tinham como pano de fundo uma realidade de reprodução de diversos tipos de violência na vida cotidiana a partir de diferentes mecanismos, tanto explícitos, como sutis. Violências ora reconhecidas como tais, ora naturalizadas como fazendo parte da vida e das relações. Todas elas impactando na construção de subjetividades, nas relações interpessoais, em práticas institucionais, e, por fim, reificando a reprodução de uma cultura que naturaliza diversos tipos de violência. Este projeto tinha por fim problematizar este processo, criando espaços de reflexão e práticas para enfrentá-lo.

Iniciamos as ações em novembro de 2013 com a contratação da equipe. Esta foi uma fase fundamental para construção das bases do processo já em diálogo com os coletivos da região. Buscamos agregar pessoas que já possuíam uma trajetória de atuação junto à juventude e o resultado foi uma equipe muito articulada e capaz tecnicamente composta por 4 articuladores, 2 educadoras plenas, 1 assessor jurídico e uma coordenadora pedagógica, além da equipe financeiro-administrativa, constituída por uma coordenadora financeira e um assistente técnico-administrativo.

Iniciamos a fase de articulação e mobilização de coletivos, movimentos sociais, instituições e fóruns da região tendo em vista divulgar as ações e ampliar parcerias. Foram dois meses de reuniões e encontros nos quais apresentávamos os princípios, objetivos e ações do projeto. Mobilizamos mais de 50 atores sociais da região - entre coletivos de jovens, ONGs, escolas, abrigos, etc. - dos quais mais de 30 participaram, se identificando com a proposta e se engajando no processo. Esta fase de articulação foi também uma possibilidade de ampliar um discurso que começou a problematizar a cultura punitiva, apresentando a complexidade dos conflitos para além das dimensões interpessoais e revelando formas veladas de violência. Embora





as ações de mobilização/articulação tenham sido o alvo nesta fase, elas continuaram ao longo do projeto nos locais onde os articuladores estiveram presentes e atuantes, em movimentos e coletivos de jovens da região que atuavam na luta por justiça e igualdade. Como é o caso do comitê Juventude e Resistência, tratado também nesta publicação.

Passamos posteriormente para a segunda fase que era a das formações propriamente ditas. O processo formativo dividia-se em dois módulos: o primeiro, de Fundamentos da Justiça Restaurativa; e o segundo, para quem tivesse se identificado com a tarefa de facilitar processos restaurativos de conflitos, de práticas restaurativas. Deste processo participaram mais de 150 pessoas, entre jovens e pessoas que trabalham com juventude,

tanto da região, como de outras partes do município. Destas, cerca de 70 concluíram a formação completa como facilitadores.

O curso de fundamentos foi realizado junto a 4 grupos com cerca de 40 participantes cada, com 40 horas de duração cada um. A principal referência teórica e prática deste curso foi a Escola de Perdão e Reconciliação (ESPERE). Tal metodologia foi fundada em Bogotá pela Fundación para la Reconciliación que tem por objetivo transformar os conflitos, prevenir e superar a violência considerando as quatro dimensões do ser humano: o pensar, o sentir, o atuar e o transcender. Além desta metodologia, utilizamos referências teóricas que pautam a discussão sobre racismo e violência de gênero no Brasil hoje, além de outras referências teóricas



a participação de mulheres jovens, sobretudo negras, foi fundamental para dar a direção que o projeto tomou no futuro.

sobre a reprodução cotidiana da violência e seus impactos na subjetividade¹.

Cada encontro do curso focava em uma problemática que era tratada não apenas por discussão teórica, mas também por meio de vivências. O caminho percorrido durante o curso foi um convite para o mergulho na própria história: trazer à tona os danos causados por situações de violência vividas; observar como ainda estão presentes e como afetam a relação com os outros, contribuindo para a reprodução de formas de violências sociais. O percurso foi guiado pelas temáticas: A Reprodução do Ciclo da Violência; A Raiva na Reprodução da Violência; A Cura: Um Caminho Só, mas não Solitário; Como Sou Afetado pela Violência; Perdão: Caminho para o



¹ as referências bibliográficas estão indicadas no final desta publicação



O RACISMO, O MACHISMO E A VIOLÊNCIA CONTRA A INFÂNCIA RECAINDO SOBRE A SUBJETIVIDADE, SEGURANÇA EM SI,

Rompimento do Ciclo da Violência; Desenvolvimento do Conflito e o Poder; Sobre as Verdades e as Necessidades nos Conflitos; Caminhos para Responsabilização: Punição ou Justiça Restaurativa; e Comunicação Assertiva.

Foram 160 horas vividas intensamente, durante as quais partilhamos histórias, sofrimentos, curas. Aprendemos conjuntamente sobre a necessidade de espaços seguros de escuta nos quais as pessoas possam perceber, falar e elaborar sofrimentos gerados por agressões que, num primeiro olhar, podem ser percebidas como conflitos interpessoais, mas que na verdade são situações em que camadas e camadas de violências sociais recaem sobre aqueles que mais sofrem com as contradições de uma sociedade desigual, racista e patriarcal. O racismo, o machismo e a violência contra a infância foram apresentados nos relatos como evidência incontornável, recaindo sobre a subjetividade, segurança em si, autoestima de suas vítimas, como uma parede de concreto. E, muitas vezes, nossos agressores são nossas pessoas mais íntimas, pessoas que amamos, e que nos ferem por não terem consciência de estão sendo agentes daquilo que também os feriu.

Enfim, foi a partir desta formação que percebemos a extrema e urgente importância da implementação dos Núcleos Comunitários de Práticas Restaurativa, não só como possibilidade de resolução de conflitos, mas, sobretudo, de escuta, partilha e cura comunitária de um sofrimento que não é só individual, mas sim social.

O outro módulo da formação foi o de práticas de justiça restaurativa. Dele participaram cerca de 70 pessoas que já haviam se formado no curso

de fundamentos e se sentiam identificadas com a proposta de se tornar um facilitador e, possivelmente, participar da implementação dos Núcleos Comunitários de Justiça Restaurativa. Foram dois grupos de 35 participantes, com os quais foram desenvolvidas 40 horas de formação. As metodologias trabalhadas foram:

CÍRCULO DE PAZ – Criado por Kay Pranis é um procedimento resgatado a partir da cultura de povos indígenas para responder a necessidades atuais de criar relações que levem em conta individualidade, comunidade, liberdade, horizontalidade, participação, inclusão e responsabilidade coletiva. A partir do estímulo de um facilitador, os envolvidos em uma questão ou conflito sentam-se em uma roda de conversa. Fazendo uso de uma “peça de fala” que circula por todos os participantes, cada um pode se expressar quando está com a peça. Busca-se assim o diálogo para a construção conjunta de respostas para o que se está sendo tratado. No caso de um crime ou transgressão, constrói-se conjuntamente um plano de ação para a reparação dos danos decorrentes, levando em conta as necessidades das vítimas e dos agressores envolvidos.

O CÍRCULO RESTAURATIVO VÍTIMA, OFENSOR E COMUNIDADE DE APOIO é um processo comunitário no qual as pessoas envolvidas na situação do conflito ou do crime se encontram para buscar uma compreensão mútua do acontecido. Conjuntamente, se constrói um plano de ação para a reparação dos danos decorrentes do comportamento ofensivo, levando em conta as necessidades das vítimas e dos agressores envolvidos.

FORAM APRESENTADOS NOS RELATOS COMO EVIDÊNCIA INCONTORNÁVEL, AUTOESTIMA DE SUAS VÍTIMAS, COMO UMA PAREDE DE CONCRETO.

Após este desafiante período de formação e com um grande número de jovens sensibilizados, as e os participantes se viram preparados e interessados em expandir tudo o que foi vivenciado, levando esta inesquecível experiência e uma nova forma de olhar e tratar os conflitos para outros coletivos, familiares e locais de trabalho.

A princípio, os Núcleos Comunitários eram apenas uma idealização, tínhamos um escopo de como eles poderiam ser a partir dos objetivos estabelecidos no projeto mas, ao longo do processo, a equipe sentiu que era necessário olhar para necessidades trazidas pelos coletivos e para a realidade de seus locais de atuação. Os núcleos então começaram a ser desenhados a partir das trajetórias e desejos daqueles que se dispuseram a dar vida a essa idealização, e decidimos coletivamente que os núcleos não precisavam seguir padrões pré-estabelecidos e, sim, ter vida própria através das necessidades que emergiam do profundo encontro de almas e trajetórias marcadas por processos violentos.

Foram diversas reuniões com cada um dos coletivos que abraçaram a ideia: Centro Cultural da Juventude, equipamento municipal de cultura localizado no distrito da Brasilândia, zona norte da cidade; Instituto Esporte Educação, instituição com atuação nacional que desenvolve atividades de esporte educacional no Jardim São Luís; Bloco do Beco, instituição que com forte atuação comunitária no Jardim São Luís; Zumaluma, instituição que atua com cultura e política no Jardim Santa Tereza, município Embu das Artes; e um grupo de mulheres negras que participaram dos cursos e se propuseram a construir

um espaço de partilha e escuta. Reuniões estas em que os participantes começaram a tecer o que seria cada núcleo, nascendo assim os núcleos: Núcleo Esporte, Núcleo Desabotoar, Núcleo de Mulheres Negras, Periferia Segue Sangrando e Núcleo Zumaluma.

Os núcleos ainda são bem recentes, trata-se de algo novo, que ninguém sabe ainda ao certo aonde vai dar, mas se conhecem os efeitos nas vidas de quem os constituiu: a possibilidade de reconhecimento, cuidado, escuta, partilha, transformação e mais uma infinidade de palavras que expressam esta experiência de se ver como sujeito constituído a partir de situações de violência, mas capaz também de resignificar a dor, protagonizar o próprio futuro e não reproduzir a própria violência.

Os núcleos também trouxeram a necessidade de aprofundamento em temas como racismo, reprodução da violência de gênero, subjetividade, resistência, pobreza, desigualdade, papel do Estado, etc. Assim, uma grande articulação foi iniciada a partir desta necessidade. Foi criada então a Rede Irradiações, como mais um dos pilares que poderão sustentar os resultados do que foi vivido, discutido, acumulado e partilhado. Diversas pessoas e instituições se juntaram aos núcleos para entender este processo e contribuir com a multiplicação de atividades e discussões.

Os próximos textos focam neste percurso e nestas temáticas. Percurso este que foi o período de arar a terra, semear e colher os frutos. Agora distribuimos estes primeiros frutos tendo a certeza de que outros virão. Esta publicação é também um convite para que mais pessoas participem desta nova semeada conosco. ■

TERRITÓRIO E LUTAS



**VOCÊS DIZEM QUE NÃO ENTENDEM
QUE BARULHO É ESSE QUE VEM DAS RUAS
QUE NÃO SABEM QUE VOZ É ESSA
QUE CAMINHA COM PEDRAS NAS MÃOS
EM BUSCA DE JUSTIÇA, PORQUE NÃO DIZER, VINGANÇA.**

Dentro do castelo às custas da miséria humana
Alega não entender a fúria que nasce dos sem causas,
dos sem comidas e dos sem casas.
O capitão do mato dispara com seu chicote
A pólvora indigna dos tiranos
Que se escondem por trás da cortina do lacrimogêneo,
O Chicote estrala, mas o povo não se cala.

Quem grita somos nós,
Os sem educação, os sem hospitais e sem segurança.
Somos nós, órfãos de pátria
Os filhos bastardos da nação.

Somos nós, os pretos, os pobres,
Os brancos indignados e os índios
Cansados do cachimbo da paz.
Essa voz que brada que atordoa seu sono
Vem dos calos da mãos, que vão cerrando os punhos
Até que a noite venha
E as canções de ninar vão se tornando hinos
Na boca suja dos revoltados.

Tenham medo sim,
Somos nós, os famintos,
Os que dormem na calçadas frias,
Os escravos dos ônibus negreiros,
Os assalariados esmagados no trem,
Os que na tua opinião,
Não deviam ter nascido.

Teu medo faz sentido,
Em tua direção
Vai as mães dos filhos mortos
O pai dos filhos tortos
Te devolverem todos os crimes
Causados pelo descaso da sua consciência.

Quem marcha em tua direção?

Somos nós,
os brasileiros
Que nunca dormiram
E os que estão acordando agora.

Antes tarde do que nunca.

E para aqueles que acharam que era nunca,
agora é tarde.

SÉRGIO VAZ

4.1 CAMINHOS, HISTÓRIAS E RESISTÊNCIAS NA SUL

POR MILENA MATEUZI CARMO



>> Para sair ou chegar à Sul existem vários caminhos. Tem gente que está acostumada ao sofrimento diário de viajar feito sardinha nos busões que saem do fundão do Ângela, do Jardim Santa Tereza, do Valo Velho, Embu-Guaçu, trazendo milhares e milhares de trabalhadoras e trabalhadores para o metrô do Capão Redondo e de lá para regiões mais centrais da cidade. Quem percorre este caminho vê, todos os dias, a paisagem que conta um aspecto da história desta região. Na verdade, todo o lugar da Sul conta a sua história, mas cada caminho à sua maneira. Este fala, ou melhor, escancara a desigualdade, mostra como o capitalismo se ergue, imponente, destruindo tudo à sua frente, conforme seus interesses, sua vontade. Produz a segregação, a subcidadania, mas não sem resistência de quem está à margem.

Pois bem, voltando ao caminho: a contradição começa logo na saída do metrô. De cara, se vê o grafite dos Racionais MC's, que não deixa quem vê esquecer da violência, da necessidade de não sucumbir, da indignação. A viagem prossegue, e no meio das favelas volta e meia se avista um condomínio de prédios que vão ostentando cada vez mais seu luxo conforme se aproxima o metrô Giovanni Gronchi. Enquanto as favelas vão ficando mais pobres. O contraste é de causar revolta em qualquer ser humano! Menos naqueles que estão acostumados com a cena do alto de suas luxuosas sacadas.

Este é o Campo Limpo. Na verdade, uma parte do Campo Limpo, que faz divisa com o Morumbi. Esta região foi sendo ocupada pela especulação imobiliária a partir da década de 90, interessada em atrair as pessoas que começavam a trabalhar na região da Berrini, que se constituía como polo comercial nesta época. Incêndios em favelas, aluguéis impagáveis, reintegração de posse de terrenos ocupados, violência da polícia, etc. fizeram e fazem com que a população fosse cada vez mais

espremida nas favelas ao redor ou expulsas para regiões mais distantes e mais baratas. E as ações dos governos do Estado e municipal estiveram sempre ali, apoiando este processo. Hoje, Vila das Belezas, Araripe, etc. são regiões que seguem os padrões do distrito da Vila Andrade, certamente o mais desigual da cidade, onde 50% dos domicílios estão em favelas, 50% em mansões.

Há quem saia ou entre na Sul pela estrada do Campo Limpo e adjacências, vindo de Taboão da Serra. Por aqui a paisagem é heterogênea, mas não contrastante. Se veem casas com bom acabamento, condomínios de prédios populares e até mais riquinhos, mas tá na cara que é de gente trabalhadora. Lojas de roupas, de R\$ 1,99, lanchonetes, lojas de carros usados, muita gente na rua. Este caminho, mais do que a revolta da desigualdade, pode contar sobre a história de milhares de migrantes, vindos sobretudo do Nordeste, que vieram pra cá principalmente nas décadas de 60 e 70. Gente corajosa que deixou seu lugar em busca de melhores condições de vida. Criando laços definitivos entre São Paulo e Nordeste, que a elite branca das sacadas luxuosas teima em esconder, eles reaparecem em cada grafite dos Racionais.

Esta paisagem é semelhante em boa parte da estrada de Itapecerica, principalmente depois do Capão e no sentido do município de Itapecerica. E também na estrada do M'Boi Mirim, embora depois do terminal do Jardim Ângela a condição fique mais precária. Ônibus lotados em horário de pico; muito trânsito; muita polícia; muitas, mas não suficientes, escolas públicas; pouquíssimos hospitais; mas muita gente na rua, circulando pra lá e pra cá; e muita resistência, em coletivos, saraus, nos cabelos e roupas das e dos jovens, enfim, na própria persistência em existir à exclusão produzida cotidianamente pelo capitalismo que tem como protagonista principal destas bandas o Estado.



Muita gente que estuda sobre estas coisas afirma que o Estado produz as “margens” da cidade, favorecendo a especulação imobiliária a partir de leis de zoneamento e habitação; com suas políticas precárias de infraestrutura urbana e políticas sociais; por sua presença violenta, punitiva, racista, heteronormativa. A ideia de que o processo de periferização da cidade é espontâneo e irregular mascara um processo intencional de segregação da população pobre em locais que se possa intervir, controlar e

violiar direitos. Enfim, se mata meninos à luz do dia sem nenhum problema no Ângela, no Capão, na Vila das Belezas, no Ibirapuera. Alguns autores chamam este processo de produção da subcidadania:

(A condição de subcidadania urbana) é importante para fundamentar uma forma de controle social pela vistoria da vida privada das pessoas: o mundo da desordem, potencialmente delinquente, é jovem (...) de preferência



não porta ou não tem carteira de trabalho e mora nos cortiços das áreas centrais ou nas favelas das periferias. Sobre esta modalidade de moradia, o imaginário social constrói um discurso que esquadrinha a mistura de sexos e idades, a desorganização familiar, a moradia duvidosa, os hábitos perniciosos, olhando estes locais como focos que fermentam os germes da degenerescência e da vadiagem e daí o passo para criminalidade. Ou seja: a

condição de subcidadão como morador das cidades constitui forte matriz que serve para construir o diagnóstico da periculosidade. (Kowarick; 2000, 54)

Mas o povo resiste desde sempre. A região Sul nos anos 70 e 80 viveu toda a efervescência política da época que tomava trabalhadoras e trabalhadores de periferias de toda a região metropolitana de São Paulo. Movimentos sociais que reivindicavam

melhorias na infraestrutura urbana, sindicatos, grupos vinculados ao Partido dos Trabalhadores, os segmentos progressistas da Igreja Católica nas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs², faziam parte do cotidiano. Ainda hoje lideranças deste período atuam na região, como é o caso do Padre Jaime dos Santos Mártires, que segue à frente do Fórum em Defesa da Vida, no Jardim Ângela; Dona Neide, da União Popular de Mulheres; Lucila, coordenadora do CDHEP e ex-vereadora do PT, apenas para citar alguns. Muita gente atribui a estes movimentos sociais a melhoria, embora parcial, de direitos básicos, como ampliação da infraestrutura urbana - esgoto, coleta de lixo, asfalto, água encanada, etc.; queda na mortalidade infantil; queda também nas taxas de analfabetismo; elevação da expectativa de vida; universalização da educação básica, etc. No entanto, estes avanços em políticas sociais não conseguiram, nem de longe, abalar a estrutura social calcada na desigualdade, no patriarcalismo e no racismo que reproduz as margens e a subcidadania cotidianamente.

A década de 90 então é quando a situação piora dramaticamente. Desemprego, aumento da violência, sobretudo aquela perpetrada pelo estado, os avanços conquistados na legislação e na abertura do regime político não ressoaram em mudanças significativas, os movimentos sociais que antes enfrentavam o Estado, começam agora a assumir um papel marginal na política, assumindo convênios na execução de serviços públicos precários, limitando sua capacidade de atuação política. O sonho da democracia começa a ruir. A Zona Sul vive este processo intensamente. Em meados desta década, a região apresentava índices de assassinatos equiparáveis às regiões mais violentas da Colômbia ou de países em guerra civil. O bairro do Jardim Ângela chegou a ser considerado o mais violento do mundo pela ONU e, juntamente com os bairros do Jardim São Luís e do Capão Redondo, confor-



² São comunidades ligadas à Igreja Católica que, incentivadas pela Teologia da Libertação, se espalharam, principalmente nos anos 70 e 80, no Brasil e na América Latina. Consistem em comunidades reunidas geralmente em função da proximidade territorial e de carências e misérias em comum, compostas principalmente por membros insatisfeitos das



classes populares e despossuídos, vinculadas a uma igreja ou a uma comunidade com fortes vínculos, cujo objetivo é a leitura bíblica em articulação com a vida, com a realidade política e social em que vivem e com as misérias cotidianas com que se deparam na matriz ordinária de suas vidas comunitárias.

maram o que se denominou “triângulo da morte”, onde qualquer desavença corriqueira resultava em morte para além dos conflitos entre traficantes e destes com a polícia.

Mas é neste momento também que começam a surgir novas vozes, sobretudo manifestações culturais de jovens, sendo o mais proeminente o Hip Hop. Surge o Racionais MCs, o grupo de rap mais importante da cidade, usando as palavras como arma para provocar o pensamento, a denúncia da injustiça e da desigualdade que submetem os moradores da periferia ao sofrimento diário. Armas para tirar os jovens das drogas e do crime organizado. Nestes mais de 25 anos multiplicaram-se as linguagens e os artistas. Sarau do Binho, Capulanas, Cia Sansacroma, Ferrez, Jeniffer Nascimento, apenas para citar alguns. Artistas e coletivos que não deixam de seguir a arte engajada, tentando reelaborar identidades e expor injustiças sociais.

Nestas últimas décadas quem é daqui também começou a vivenciar a organização e o fortalecimento do PCC, que passou também a exercer grande influência política. Para muita gente, o crime organizado foi a principal causa da diminuição das taxas de homicídio em meados dos anos 2000. Viu também a proliferação das igrejas evangélicas e de ONGs, além da presença ostensiva e violenta da polícia. Polícia esta que hoje é a maior protagonista dos casos de homicídios de jovens.

Hoje estes distritos juntos possuem um total de 1.186.829 habitantes, 10% da população total do município, concentrados em uma extensão territorial que representa 5,7% da cidade. O que faz desta uma das regiões mais populosas de São Paulo, com Jardim Ângela, Capão Redondo e Jardim São Luís entre os 10 mais populosos, nas 3a, 5a e 6a posições, respectivamente.

De acordo com o Mapa da Vulnerabilidade Social produzido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a região apresenta dados de mé-

dia a alta vulnerabilidade, considerando múltiplas dimensões da privação e da pobreza, tais como condições de habitação, renda, escolaridade, gênero, idade e estrutura familiar. Estes distritos estão entre os que apresentam maiores porcentagens de domicílios em favelas: Capão Redondo com a 5ª maior porcentagem, de 26,74%; Jardim São Luís com a 6ª, 25,59%; Campo Limpo em 9º lugar, com 23,87% e Jardim Ângela com 17,35%, na 17ª posição. O município de São Paulo tem porcentagem de 10,8% de domicílios em favelas. Em distritos como Moema, Itaim Bibi ou Santo Amaro esse percentual não chega a 1%³.

Com relação à renda, do total de 314.502 pessoas responsáveis por domicílios, 57.359 não possuem rendimentos mensais e 53.558 possuem renda até 1 salário mínimo por mês. Isto significa que 35,26% dos responsáveis, ou seja, quase 111.000 famílias são chefiadas por pessoas sem rendimento ou com até 1 salário mínimo (IBGE: Censo 2010). Grande parte dos domicílios é chefiado por mulheres que ainda recebem salários inferiores aos dos homens. Além disso, a região oferece apenas 2,21% do total de empregos formais da cidade de São Paulo, submetendo uma grande parte de trabalhadores da região a exaustivas viagens ao centro da cidade em transportes coletivos lotados, como mencionado no início do texto. O tempo gasto do fundão do Ângela até o centro pode chegar a 3 horas nos horários de pico.

Estes dados sem dúvida refletem os efeitos da estrutura desigual que forja a região metropolitana e que recaem sobre este canto sul da periferia de

São Paulo. No entanto, muitas vezes, eles acabam servindo como elementos para produção de um discurso oficial que vincula criminalidade à pobreza, e vê esta última como fenômeno espontâneo, e não como um produto do capitalismo e de múltiplas ações do Estado em sua busca por acumulação de riquezas. Este discurso reafirma então a ideia de que territórios pobres são perigosos, justificando a desumanização de seus moradores – de um lado homens negros e pobres perigosos, de outro, mulheres invisíveis cujo sofrimento é insignificante – e a atuação violenta do Estado e seus tentáculos (grupos de extermínio, mercado imobiliário, polícia). Daí vê-se nos últimos 5 anos o aumento de mortes. Quase todos os finais de semana as pessoas relatam mortes de jovens na região, isoladas ou em chacinas, cujos autores são sempre policiais ou homens encapuzados. De novo as taxas de homicídios de jovens são alarmantes. O distrito do Campo Limpo assume o 1º lugar na taxa de óbitos de jovens do sexo masculino com idade entre 15 e 29 anos, 82,37 por cem mil habitantes desta mesma faixa etária. O distrito do Jardim Ângela ocupa a 2ª posição, com 71,68; o distrito do Jardim São Luiz a 5ª, com 50,36; e o distrito de Capão Redondo a 9ª, com 47,12³. Estes distritos fazem parte da mesma região, embora pertençam a subprefeituras diferentes. Isto significa que se trata de uma região onde estão 4 dos 10 distritos com maior taxa de homicídios de jovens do município.

Sobre a violência contra a mulher, temos muita dificuldade em encontrar dados por distrito

no município. Assim como são restritos também os espaços de apoio a mulheres que vivenciam esta forma de violência, quase todas nós. Violência que se acumula a partir de humilhações, tapas, gritos, abusos, estupros, que aniquilam a subjetividade retirando da vítima qualquer possibilidade de buscar formas de saída, tamanha é a vergonha, o desamparo, a culpa, a dor. E esse tipo de violência também é vivido desigualmente. O Mapa da Violência elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Estudos Sociais mostra a terrível realidade de como estas mortes estão distribuídas entre negras e brancas no Brasil: o número de mulheres negras mortas cresceu 54% em 10 anos (de 2003 a 2013), enquanto que o número de mulheres brancas assassinadas caiu 10% no mesmo período no Brasil. No total, 55,3% dos crimes contra mulheres foram cometidos no ambiente doméstico, e em 33,2% dos casos os homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas. Este tipo de violência, afirma Julio Jacobo Waiselfisz, responsável pelo estudo, costuma envolver mulheres que não se subordinam às vontades de seu companheiro ou ex.

Embora neste texto não tenhamos conseguido dados sobre a região, temos os relatos diários de companheiras que vivenciam diariamente este tipo de violência, que não é só doméstica, é também pública. A omissão que se estrutura a máxima “em briga de marido e mulher não se mete a colher” está enraizada na reação de amigos, parentes, vizinhos, instituições, e até nas próprias políticas de segurança e sociais. Desde a insuficiência de espaços

públicos de denúncia, acolhimento e atendimento de mulheres, até o desprezo e maus tratos das vítimas nas delegacias.

Enfim, quando falamos de subcidadania, falamos de uma complexa dinâmica de reprodução de violências - sobretudo de cunho racial, de gênero e a própria manutenção da pobreza – que se esparramam no cotidiano, em relações desiguais de poder: policiais matam jovens negros; empregadores se negam a contratar jovens negros, sobretudo jovens mães; homens estupram mulheres; professores discriminam alunas e alunos; mães batem em seus filhos; e assim por diante. E tais comportamentos não são apenas responsabilidades dos sujeitos implicados, mas sim das instituições, da cultura, da estrutura, que os abrigam, orientam, legitimam. É assim se produzem as margens.

A periferia sangra, como diz o coletivo de mulheres “Periferia Segue Sangrando”, mas está, mais do que nunca, viva na luta cotidiana contra a injustiça, a desigualdade, a violência do Estado. Mulheres e homens não sofrem inertes e passivos todas as violências, pelo contrário, resistem! E não só na persistência diária de existir, como também em ações coletivas que buscam caminhos de enfrentamento destas injustiças, das desigualdades, da violação de direitos que muitas vezes nós mesmos reproduzimos.

O projeto envolvendo as ações de justiça restaurativa foi um desses caminhos, um dos caminhos da “Sul”. Um percurso coletivo em que as pessoas puderam criar espaços de partilha, escuta e cura dos efeitos dessas violências na subjetividade. ■





4.2 JUVENTUDE E RESISTÊNCIA

POR MÁRIO BHERING E VITOR SILVA

>>> No ano de 2014, a Coordenadoria Municipal de Juventude, vinculada à Secretaria de Direitos Humanos do município, iniciou a implementação do Juventude Viva São Paulo, plano criado pelo Governo Federal, Secretaria Nacional da Juventude e Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial. Tem o objetivo de combater as causas das altas taxas de homicídios de jovens negros e criar condições para superação deste fenômeno, como descrito em guia produzido para orientar municípios e estados⁵. Em São Paulo, tem a proposta de dar visibilidade ao racismo institucional e levar essa discussão para todas as pastas das Secretarias da cidade. Pela primeira vez, o Estado assume o racismo institucional e usa a Zona Sul da cidade como projeto piloto.

O Projeto Jovens Facilitadores de Práticas de Justiça Restaurativa tem início no mesmo período e se aproxima do plano na busca por um espaço onde a juventude possa pensar e, conjunto formas de combate ao Genocídio do Povo Pobre, Preto e Periférico. Apesar da pouca transparência no orçamento, pouco planejamento e pensamento estratégico do poder público acerca de um tema tão fundamental para as periferias da cidade, o Projeto JFPJR viu no Juventude Viva uma possibilidade de formar um grupo de jovens que poderiam ir para além do plano e pensar em maneiras de combate ao racismo e ao genocídio de forma mais efetiva.

O PJV previa a construção de um Comitê de Juventude na Zona Sul que acompanharia o processo de implementação e seria composto por representantes da sociedade civil e do governo – tanto re-

presentantes da Coordenadoria de Juventude como profissionais das políticas sociais do território: saúde, educação, cultura, assistência social, esporte, etc. Logo no início deste processo, os representantes da sociedade civil perceberam a necessidade de realizar reuniões sem o governo, dando início então ao Comitê da Sociedade Civil Juventude Viva, que se reunia mensalmente no CDHEP (Centro de Direitos Humanos e Educação Popular).

Foram muitas reuniões. O Comitê da Sociedade Civil reunia-se no mínimo uma vez ao mês, além das reuniões mensais do Comitê Juventude Viva. Ao longo deste processo, foi construído um planejamento anual que previa atividades em escolas, CEUs, casas de cultura, praças públicas, dentre tantas outras iniciativas. Uma intensa atuação no território tendo em vista ampliar o discurso sobre a desnaturalização do racismo em todas suas formas, sobretudo o homicídio. No entanto, durante todo o processo os representantes da sociedade civil começaram a perceber que a gestão do Plano junto à Secretaria de Direitos Humanos e Coordenação de Políticas para a Juventude pouco apoio ofereceria para realização destas atividades. Na prática, elas foram realizadas pela sociedade civil com apoio de alguns gestores das políticas locais, acirrando posicionamentos entre governo e sociedade civil.

Em meados de 2014, a Coordenadoria de Juventude lança um edital para contratação de articuladores para o Plano Juventude Viva. Na Zona Sul seriam 8 contratados para acompanhar as pastas, as ações, e temas ligados ao genocídio na região. Nossa primeira ação quando soubemos deste edital foi pressionar para que tivéssemos pessoas da

⁵ http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/4790/Guia_Plano_JuvViva_Final.pdf







I 2015 JÁ COMEÇA COM UMA NOTÍCIA TRISTE NA REGIÃO. NO INÍCIO DE MARÇO ACONTECE A

sociedade civil na seleção dos contratados, além de contribuir com as qualificações necessárias, garantindo assim que esses cargos não fossem ocupados por pessoas ligadas a partidos políticos e usados como articuladores eleitoreiros.

A contratação dos articuladores, no final do mesmo ano, contribuiu muito para que a atuação do Comitê ganhasse mais força e maior alcance. Os articulares, que já eram jovens ativistas, foram muito além de fazer propaganda do Plano, prática muito comum de quem assume cargos no governo. Eles passaram a atuar de forma muito comprometida com a região, preocupadas(os) com um política pública antirracista de fato e não com pautas partidárias da gestão.

Durante esse processo tivemos muito conflitos, agravados nos últimos dias de 2014, quando sem nenhum conhecimento e nenhuma participação da sociedade civil, a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, onde está alojado o Plano Juventude Viva, contratou artistas renomados e que já têm espaço nas mídias para darem oficinas em espaços culturais do território. Além de causar uma sensação de impotência no Comitê, essa ação nos deixou numa situação complicada com os coletivos parceiros que atuam no dia a dia das comunidades sem receber nada pelos trabalhos efetivos de fortalecimento dos direitos de adolescentes e jovens.

Mais uma pauta que levávamos para a Secretaria era a de que o Comitê da Sociedade Civil deveria ser, no mínimo, consultivo e propositivo com relação ao Plano, para que tenha sentido continuar a parceria, o que não aconteceu dessa vez e nem durante todo o PJV.

Depois de uma avaliação na qual percebemos que o território não precisa de um plano que trate as pessoas como possíveis eleitores de uma gestão preocupada com a manutenção do poder. Per-

cebemos que não precisávamos do poder público para viabilizar nada, que já tínhamos construído muito, decidimos mudar a parceria com PJV, abandonar o Comitê da Sociedade Civil e montamos o Comitê Juventude e Resistência, que nasce para combater o racismo institucional, fortalecendo os direitos da juventude negra, indígena, pobre e periférica com iniciativas voltadas para trabalhos em rede tentando minimamente dar visibilidade ao genocídio da juventude negra e às causas e consequências de um projeto histórico que visa exterminar o povo negro e indígena da dita nação brasileira.

2015 já começa com uma notícia triste na região. No início de março acontece a chacina na Avenida Fim de Semana, na qual 12 pessoas são mortas numa madrugada. Motoqueiros encapuzados passam atirando nos bares. Um misto de revolta e medo ronda toda comunidade, mas o que mais revolta é a postura da Prefeitura Municipal de São Paulo em relação ao fato. O prefeito não se manifesta, a SMDHC (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania) não consegue se articular com a comunidade e organizações locais para pensar em ações efetivas e tudo se resume a uma foto do subsecretário com uma moradora que perdeu um filho. Para tornar a violação de direitos ainda mais dramática, no Cemitério São Luiz, onde foram enterrados todos os mortos, as famílias tinham apenas 15 minutos para velar seus mortos.

Todo esse despreparo público para lidar com as consequências da violência muitas vezes gerada pelo próprio Estado começa a ser publicizado nas redes sociais e em discussões de coletivos na periferia, causando um mal estar dentro do governo. Dito isto, e percebendo a gravidade da situação da violência, principalmente policial, na região, o prefeito convoca uma conversa, num domingo à tarde,

CHACINA NA AVENIDA FIM DE SEMANA, NA QUAL 12 PESSOAS SÃO MORTAS NUMA MADRUGADA.

fora de sua agenda, para falar sobre o medo que ronda as pessoas que moram na Zona Sul.

Para essa conversa, que aconteceu no CDHEP, a Secretaria convidou o Juventude e Resistência e alguns coletivos culturais mais próximos da gestão e seus secretários. O prefeito fez muitas falas que incomodaram os presentes, como defender o governador, defender a polícia, fazer uma propaganda desnecessária de algumas políticas públicas implantadas em seu governo, entre outros exageros. Mas a nossa proposta de realizar uma audiência pública para as moradoras e moradores da região, que contasse com a participação dele foi acordada. Além de lançar a ideia de montar um grupo para emergências em casos como esses, com psicólogos, advogados, assistência social, saúde e outros mais, para estarem por perto nessas situações.

Com muita luta e sacrifício organizamos uma audiência pública sobre as mortes no território dentro do Cemitério São Luiz. Colocamos as autoridades sentadas na plateia, trouxemos as Mães de Maio (coletivo de mães de jovens mortos em Maio de 2006), Padre Jaime (fundador do Fórum em Defesa da Vida), Eduardo (jovem morador da região e do Coletivo Tamo Vivo) e Dona Eda (diretora do CIEJA Campo Limpo) para contarem para a comunidade como foram os anos de luta, além de o Eduardo poder nos contar como um jovem periférico cresce na região e quais são suas possibilidades.

Convidamos torcidas organizadas - das quais compareceram a Gaviões da Fiel, Pavilhão Nove e a Torcida Jovem do Santos -, coletivos de cultura, movimentos de moradia e moradores da região para falarmos que precisamos, urgentemente, pensar numa outra forma de nos relacionarmos com as pessoas, inclusive com pessoas que cometem algum ato ilícito. Não achamos que mortes e pri-

sões gerem soluções e nos propusemos a pensar seriamente no assunto para que nossos jovens não precisem roubar e não sejam assassinados só por andarem nas ruas. Mais uma vez o prefeito fez uma fala infeliz, com um discurso autoritário, preconceituoso e racista. Mesmo assim, na nossa avaliação a audiência foi muito boa e um marco histórico no território.

Passamos o ano de 2015 falando em universidades, escolas, instituições, e estudando sobre quais são nossos desafios e como podemos enfrentá-los.

Hoje o Juventude e Resistência atua em pelo menos três frentes: na organização de um Tribunal Popular que acuse o MP e questione o porquê de este fazer o trabalho de fiscalizar o trabalho das polícias; construindo um guia sobre o racismo institucional, trazendo experiências vividas pelas e pelos jovens da EJA da Zona Sul, que conduz a discussão através da violência policial, os direitos da(o) cidadã(o) e os espaços de promoção de iniciativas antirracistas, em parceria com DRE (Diretoria Regional de Ensino - Secretaria Municipal de Educação) do Campo Limpo; através de redes sociais como e-mail e Facebook, divulgando vários projetos e experiências que tratem de racismo, juventude, educação e direitos humanos na Zona Sul da cidade, para maior aproximação dessas reflexões das(os) adolescentes, jovens e trabalhadoras(es) que convivem com o público juvenil.

Enfim, este é um breve relato de uma articulação relativamente nova, que busca no cotidiano enfrentar os efeitos da desigualdade, da violência do Estado, do racismo, que produzem os territórios periféricos. Articulação essa que carrega consigo não só elementos de lutas passadas, mas também novas pautas e práticas de coletivos e movimentos atuais. A periferia resiste! De diversas formas, por diversas vozes. Juventude e Resistência é uma delas. ■

MULHER, RAÇA E POBREZA



ANTITESE

PEDIRAM UM CORPO ESCULTURAL
EU NÃO TINHA.

QUISERAM UMA MULHER IGNORANTE
EU JÁ TINHA LIDO O SUFICIENTE PARA ME PROTEGER.

SUGERIRAM QUE EU NÃO OPINASSE EM ASSUNTOS DE HOMEM
EU NUNCA CONSEGUI ME CALAR.

DISSERAM QUE EU FOSSE ESPOSA
EU NÃO QUIS CASAR.

DISCURSARAM QUE AS MULHERES SÃO FRÁGEIS
EU NÃO TIVE TEMPO DE EXERCITAR FRAGILIDADES.

ORIENTARAM QUE EU NÃO FREQUENTASSE BARES
EU NÃO PUDE NEGAR AS ESQUINAS.

QUISERAM CONTROLAR MEU JEITO DE VESTIR E FALAR
EU NÃO VI SENTIDO EM DEIXAR DE SEGUIR MINHAS VONTADES.

APOSTARAM QUE EU TERIA UM SUBEMPREGO
EU VISLUMBREI IR MAIS DISTANTE.

TRANSARAM COMIGO E DEPOIS FINGIRAM NÃO ME RECONHECER
EU APRENDI A IGNORAR ESSES IMBECIS.

DISSERAM QUE EU NÃO AMAMENTASSE PARA O PEITO NÃO CAIR
EU AMAMENTEI ATÉ CAIR.

SUBMETERAM MEU CORPO E MEU PSICOLÓGICO À VIOLÊNCIA
EU ME JUNTEI A OUTRAS COMO EU PARA SUPERAR.

COMPRARAM VAIDADES PARA QUE EU ME ADEQUASSE
EU ENVAIDECI APRENDENDO PALAVRAS DE ORDEM NA LUTA.

EXIGIRAM FIDELIDADE E SUBMISSÃO
EU ROMPI POR AMOR PRÓPRIO.

CAGARAM MIL E UMA REGRAS DE CONDUTA
EU TOQUEI O FODA-SE
E SORRI FELIZ

JENYFFER NASCIMENTO

5.1 COMO SE ENCARAM OS POBRES?

POR ALESSANDRA TAVARES



“ MUITAS VEZES O TRABALHO INTELECTUAL LEVA AO CONFRONTO COM DURAS REALIDADES. PODE NOS LEMBRAR QUE A DOMINAÇÃO E A OPRESSÃO CONTINUAM A MOLDAR AS VIDAS DE TODOS, SOBRETUDO DAS PESSOAS NEGRAS E MESTIÇAS. ESSE TRABALHO NÃO APENAS NOS ARRASTA MAIS PARA PERTO DO SOFRIMENTO COMO NOS FAZ SOFRER. ANDAR EM MEIO A ESSE SOFRIMENTO PARA TRABALHAR COM IDEIAS QUE POSSAM SERVIR DE CATALISADOR PARA A TRANSFORMAÇÃO DE NOSSA CONSCIÊNCIA E NOSSAS VIDAS E DE OUTRAS É UM PROCESSO PRAZEROSO E EXTÁTICO. QUANDO O TRABALHO INTELECTUAL SURGE DE UMA PREOCUPAÇÃO COM A MUDANÇA SOCIAL E POLÍTICA RADICAL, QUANDO ESSE TRABALHO É DIRIGIDO PARA AS NECESSIDADES DAS PESSOAS NOS PÕE NUMA SOLIDARIEDADE E COMUNIDADE MAIORES. ENALTECE FUNDAMENTALMENTE A VIDA ”.

**INTELECTUAIS NEGRAS,
BELL HOOKS**



>> Esse texto me traz um enorme desconforto e, talvez, faça o mesmo com alguns leitores. Sua intenção não se centra na reflexão dos conceitos norteadores do que venha a ser a pobreza. Mas, sim, na experiência singular de como esses conceitos atravessam e marcam definitivamente nossas vidas. Como afirma bell hooks, ele me traz a memória as variadas situações de opressão e dominação vivenciadas. Falo, portanto, deste lugar, mais interessada em entender essa experiência compartilhada de humilhação e do estigma que é ser vista como pobre, negra e mulher do que uma interessada geral nesse tema. A partir desse lugar, busco entender as formas de violência vivenciadas e traçar estratégias coletivas de resistência, cura e revolução.

Assim, este trabalho também é sobre mim, sobre minhas histórias e como carrego no meu corpo todas as marcas da história econômica, social e cultural do país. Penso que antes mesmo do grupo social ao qual pertencio dominar a escrita, éramos o próprio suporte para o registro dessa história. Não são conceitos sociológicos, antropológicos ou de uma teoria geral qualquer. Eu falo de uma experiência compartilhada de vida e de como essas conceitualizações atravessam nossa existência.

A pobreza pode ser concebida como uma construção social e, ao mesmo tempo, como uma construção relacional, tendo em vista que é expressa em uma relação interdependente entre os pobres e os não pobres. Assim, podemos entender a pobreza como uma relação social que se estabelece de acordo com determinada situação. Podemos

também pensar o estigma como produto dessa mesma relação. Para Simmel, não interessa tanto o pobre em si, mas sua posição dentro do sistema relacional da sociedade; assim, ele não se preocupa com as experiências da pobreza, mas com a relação de assistência que o pobre tem ou precisaria ter dentro da sociedade. Ao formular a sociologia da pobreza afirma:

Sociologicamente, o importante é compreender que a posição particular que os pobres assistidos ocupam não impede sua integração no Estado, como membros de uma unidade política total. Apesar de sua situação em geral tornar sua condição individual um fim externo ao ato de assistência, e, por outro lado, um objeto inerte, destituído de direitos nos objetivos gerais do Estado, [...] que parecem colocar os pobres fora do Estado, eles estão ordenados de forma orgânica no interior deste. (SIMMEL, 1998. p.55)

Assim, Simmel formula uma definição mais institucional da pobreza, e com ela a idéia de que o pobre é o sujeito marcado pela carência, escassez e necessidade. Desta forma, os pobres são aqueles que se articulam dentro do Estado na medida de suas necessidades de assistência. Ao mesmo tempo, Simmel afirma que esta “escassez” esta organicamente arranjada dentro do Estado moderno. É interessante observar que a pobreza aparece, inicialmente, como um objetificação, algo para ser descrito, dito, observado e analisado, não pelo próprio pobre, mas por aqueles que, por sua situação de dominação, podem discursar sobre ela.

Escrever este texto foi, e está sendo, um duro e penoso trabalho. Revivi vários processos relacionados à minha própria afirmação. Mesmo que política e intelectualmente rompa totalmente com

esta perspectiva, ela está em mim, ela me atravessa e me desautoriza, torna-se uma briga dentro das marcas que carrego. Vem à cabeça, quase que instantaneamente, perguntas sobre a minha autoridade ou legitimidade para escrever e falar sobre esses temas. Todos os questionamentos que perpassam o pobre me formam e mediam minha relação com o mundo.

Falar das questões a que me proponho aqui é algo que está definitivamente ligado a um processo de compreender e discutir, não a consistência ou mesmo os conceitos a que elas estão associadas, mas, acima de tudo, de como reservar tempo para a reflexão sobre como essa história social atravessa minha vida particular e coletiva e gera estas marcas na subjetividade e na forma como se dá o meu, o nosso relacionamento com o mundo. Uma importante contribuição para a compreensão deste fenômeno encontro em



Pierre Bourdieu, intelectual francês que, talvez pela própria condição de classe, afirma:

Dominadas na produção de sua imagem do mundo social e, portanto, de sua identidade social, as classes dominadas não falam de si, são objeto da fala alheia. As classes dominantes entre outros privilégios, detêm o poder de controlar sua própria objetivação e a produção de sua própria imagem: não apenas na medida em que detêm um poder mais ou menos absoluto sobre aqueles que contribuem diretamente para o trabalho de objetivação (pintores, escritores, jornalistas, etc.); mas também na medida em que eles têm os meios para prefigurar sua própria objetivação, por todo um trabalho de representação, como se costumava dizer, isto é, através de uma dra-

matização e estetização de suas pessoas e condutas destinadas a manifestar o seu status social e, especialmente, para impor essa representação. Em suma, dominante é aquele que consegue impor as normas de sua própria percepção, para ser visto como é percebido por sua própria objetivação, reduzindo a sua verdade objetiva à sua intenção subjetiva. Por outro lado, uma das dimensões fundamentais da alienação reside no fato de que os dominados têm que contar com a verdade objetiva da sua classe que eles não produziram, com esta “classe para-os-outros”, que lhes é imposta como uma essência, um destino, fatum, ou seja, com a força do que é dito com autoridade: constantemente convidados a tomar sobre si os pontos de vista dos outros, a carregar em si um olhar e uma senten-



FRASES POPULARMENTE CONHECIDAS COMO “NÓS SOMOS POBRES, MAS SOMOS LIMPOS”, OS VALORES ATRIBUÍDOS NESSAS FRASES, SÃO ESSENCIALMENTE, UMA AFIRMAÇÃO DOS

ça estrangeiros, eles estão sempre expostos a tornarem-se estranhos para si mesmos, a deixar de ser sujeitos de seu julgamento de si mesmos, o centro da perspectiva da visão de si mesmos. (Tradução livre – Bourdieu, 1977)

Este trecho do texto *Une classe objet* (Uma classe de objeto) traduz como este processo de produção do discurso sobre as classes-objeto, que poderíamos entender nesse contexto aos negros, mulheres e pobres, por parte dos autorizados a produzi-lo cria essa enorme alienação em torno do julgamento de nós mesmos. Esses discursos são constante e sistematicamente difundidos pelos mais variados meios de comunicação e conhecimento, produzindo uma percepção nebulosa de sua própria existência, de quem se é e do cotidiano que o cerca.

Essa mesma classe que representa aquelas que são faladas e que não falam, na discussão original de Bourdieu com foco nos camponeses, poderíamos aqui estender aos negros, mulheres e pobres que vivem este enorme esforço de viver a representação desse estrangeiro, logo seus dominadores. Parte do processo de dominação está nessa desautorização para falar sobre si, sendo os dominadores aqueles que são legitimados para a produção do discurso ou de dar sentido aos discursos produzidos.

Essa lacuna produzida pela ausência de referência dentro do próprio grupo sobre si mesmo ou a deslegitimação da validade destes discursos criam uma alienação que marca nossa existência na medida em que nos oferece mais uma descrição pela objetividade que subjetividade e, conseqüentemente, desvaloriza a percepção da nossa própria experiência no mundo.

Entrando no campo da percepção do pobre da sua própria pobreza e se valendo pra isso das minhas experiências vividas e das partilhadas comigo, penso que uma das chaves para compreensão da subjetividade desta condição está na vivência da humilhação, vergonha e inveja. Assim, mesmo

a pobreza sendo vista como fenômeno social, ela atravessa a vida das pessoas repleta de imagens, discursos e experiências de outras realidades, ou seja, uma existência marcada pela contemplação de outra existência, das do não-pobre. A pobreza em si não existe, ela só pode ser compreendida numa dimensão relacional e na chave da desigualdade social. E essa relação desigual de percepção de si e do outro, onde se deseja ser o outro em condições de privilégios, deixa marcar profundas na subjetividade. Pois ser o outro, mais rico, mais branco, mais protegido, significa não sofrer mais.

Na página final de *The Bluest Eye* de Tony Morrison o narrador conta-nos que ‘uma pequena garota negra anseia por olhos azuis de uma garota branca e o horror no coração de sua ansiedade é excedido apenas pelo mal da realização de seu desejo. Esta é uma história sobre o desejo impossível de uma criança, que se torna real ao lado da destruição da personagem. O colapso mental de Pecola Breedlove no fim do romance exemplifica o efeito danoso do qual W. E. Du Bois chamou de ‘dupla consciência, este sentido de sempre olhar para si através dos olhos dos outros, de medir a própria alma pela fita de um mundo que o olha com escárnio, desprezo e piedade, ou o que Ann Anlin Cheng descreve como ‘as profundas e intangíveis complicações psíquicas de pessoas vivendo dentro de uma episteme dominante que privilegia aqueles que nunca se poderá ser. Na mente de Pecola, à ela é permitido ter os olhos azuis de seus sonhos, mas também uma divisão de si que é o resultado da incorporação de sua experiência de abuso sexual e violência racial...Pecola acredita que seus olhos azuis a protegerão de outros traumas, porque ninguém ousaria machucar uma criança com lindos olhos azuis. (Tradução Livre - Gracie Cho)

“MENINA DE FAMÍLIA”, “SOU POBRE, MAS SOU EDUCADO” ME LEVAM A PENSAR EM COMO ESTIGMAS VIVENCIADOS PELA POBREZA E UMA TENTATIVA DE ROMPÊ-LOS.

A pobreza é caracterizada nos discursos dominantes como experiências de estigmas como o da imoralidade, inadaptação, ignorância, promiscuidade, sujeira, degeneração e subjugação e assim todas as características próprias dos arranjos, laços e sociabilidades dos pobres são ignoradas. Isto gera um esforço por parte dos pobres de organizar sua existência como se não o fosse. Frases popularmente conhecidas como “nós somos pobres, mas somos limpos”, “menina de família”, “sou pobre, mas sou educado” me levam a pensar em como os valores atribuídos nessas frases, são essencialmente, uma afirmação dos estigmas vivenciados pela pobreza e uma tentativa de rompê-los.

Apesar de dissonante da realidade a família é concebida como família nuclear burguesa formada por pai, mãe e filhos e hierarquicamente organizada desta mesma forma. Dentro das classes subalternas existem mais outras inúmeras formas de organização familiar, contudo, ouvimos comumente a expressão “família desestruturada”. Esta forma de conceber estas famílias ignoram uma série de necessidades, arranjos de sobrevivência, solidariedade e que as mesmas se formam como estratégias de sobrevivência, novas formas de solidariedade e marcam definitivamente a sociabilidade desse grupo. Ou seja, estas famílias são julgadas pelo nível de adaptação à formalidade, pelo que elas deveriam ser, mas não são.

Não cabe neste texto levantar uma série de estigmas e como os tenho visto, pensado ou sentido. Percebo cada vez mais um entrelaçamento de diferentes marcadores sociais na produção desse “não-indivíduo” e, normalmente, me vejo em quase todos. Isso me perturba, mas ao mesmo tempo me instiga. Para finalizar, penso que o estigma da ignorância e como ele se traduz nessa narrativa sobre a pobreza. Quase sempre descrito como aquele que não sabe sobre seus próprios interesses.

Na maioria dessas narrativas o pobre aparece como manipulado, aquele que é dominado, ingênuo

e intelectualmente incapaz de decidir sobre sua vida. Aquele que necessita de formação, ajuda ou como descrito inicialmente, assistência, mas nesta forma, não objetiva, mas intelectual, já que não possuem capacidade completa de intervenção em suas vidas, não mobilizam seus poderes e são simplesmente reflexo das ações daqueles que o dominam. Poderia resumir, um fardo aos iluminados pelo conhecimento.

Nesse contexto, aqueles em condições de dominação produzem a representação não só de quem o pobre é, mas também uma determinação do seu devir. Nesse sentido, como pensar numa intelectualidade que surge em meio aos pobres? Qualquer trabalho intelectual ou artístico produzido dentro deste grupo, eleva quase que instantaneamente esse sujeito para outro grupo, quiçá uma classe superior dentro dos pobres, sujeito ímpar e, logo, diferente do restante de seu grupo soterrado pela ignorância.

Lembro-me de inúmeras situações em que as pessoas ficaram surpreendidas ao ver algum trabalho intelectual ou artístico realizado por moradores dos bairros pobres. Penso também em como este mesmo trabalho é visto como recurso ainda bruto a ser refinado com leituras e interpretações, uma condição que tentam nos colocar permanentemente como fonte primária. As vozes que se levantam agora, dentro das quais me coloco e reconheço tantas outras, se colocam para rompimento dessa lógica e produzem transgressões sistemáticas, apesar das duras marcas, são incontestavelmente rebeldes e demarcam o lugar de falante de si e em diálogo com os seus, enaltecendo nossas vidas, dando sentindo a nossa experiência no mundo.

5.2 MULHER E PERIFERIA

POR DANI REGINA

>>> Primeiramente, acredito ser importante ressaltar o lugar de onde falo: tenho 27 anos, moro desde que nasci na periferia da Zona Sul de São Paulo. Faço parte de um coletivo de feministas periféricas, o Fala Guerreira, e posso dizer que me intitulei feminista a partir do ano de 2012. E é diante dessa minha trajetória que construí esse texto. Além disso, o ponto de partida dessa escrita foi o debruçar-se numa ampla busca de estudos acadêmicos sobre questões de gênero, ao qual eu particularmente me dedico. Assim, vida e pesquisa acadêmica se mesclam nas próximas linhas...

Discutir movimento feminista e sua relação com o território periférico é ter na memória os anos 60 e 70 e dialogar com o atual feminismo periférico. Naquela época, a maioria das feministas eram militantes que lutavam contra a ditadura civil e militar, inclusive muitas eram ligadas ao Partido Comunista (PC), que, apesar do seu papel revolucionário, não enxergava com bons olhos o movimento feminista, encarando como uma ameaça à organização da luta dos trabalhadores. Naquele contexto, a esquerda entendia a luta feminista como burguesa, por acreditar que era um movimento ligado a questões individuais e que, de alguma maneira, poderia enfraquecer o enfrentamento à repressão, dividindo seus adeptos e opositores.

Diante desse cenário político, as feministas ligadas ao PC perceberam que suas lutas só iriam caminhar para além da direção partidária. Assim, algumas militantes tentavam se aproximar das comunidades organizadas nos bairros periféricos, onde a Igreja Católica progressista realizava um trabalho político alinhado com diversas famílias, florescendo as chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Um dos frutos desse trabalho foi a organização, no âmbito das CEBs, de grupos somente com mulheres, que desembocaram na organização dos Clubes de Mães, que tinham em sua perspectiva se organizarem em torno das desigualdades sociais que lhes eram comuns.





A relação que se dava entre esses dois grupos de mulheres era, ao mesmo tempo, de distanciamento e de aproximação. Apesar das militantes que se autodeclaravam feministas se inserirem nos grupos de mulheres da periferia, articulando ações políticas para o enfrentamento do machismo além da luta contra a repressão militar, partiam de uma realidade sociocultural diferente das mulheres organizadas nos Clubes de Mães.

Dessa maneira, tratar do movimento feminista e sua relação com a periferia se torna intrigante. E para tentar entender distanciamentos e aproximações do feminismo em nossas vidas, busquei brevemente levantar textos das próprias feministas da época, para tentar entender o que afastava as mulheres populares dessa perspectiva e problematizar com a nossa reivindicação histórica de que o feminismo sempre existiu na periferia, mas de uma maneira específica.

A partir da bibliografia pesquisada, percebemos que o feminismo brasileiro possui um grande repertório em trabalhos acadêmicos. Tais trabalhos ganharam força no final da década de 80, período de reabertura política no Brasil e repleto de acontecimentos importantes para o engajamento nas lutas sobre a condição das mulheres⁶.

Essas obras são elaboradas a partir do ponto de vista das próprias feministas da época, que são mulheres brancas, da classe média e intelectualizadas,

com acesso à educação formal; não são de origem popular (Sarti, 1985; Pinto, 2003; Teles, 1993; Gurgel, 2014). Essa composição social do movimento feminista no Brasil contribuiu para um discurso homogêneo e normativo sobre o movimento. Além de traçar uma narrativa única sobre a história do feminismo e sobre o que é “ser feminista”.

De forma geral, o que se observa, e que é de interesse para nossa discussão, é a diferenciação entre movimento feminista e movimento de mulheres. Em tal discussão podemos perceber uma preocupação em distinguir “o feminismo” da luta de mulheres das camadas populares:

O questionamento das hierarquias nas relações de gênero, ou seja, nas relações sociais que se estabelecem entre homens e mulheres e seus desdobramentos mais amplos (sociais, políticos, econômicos, jurídicos), distingue o ‘feminismo’ como doutrina, e assim, o movimento feminista de outros movimentos de mulheres. (SARDENBERG & COSTA, 1994)

(...) Acho oportuno fazer uma distinção entre movimento feminino, movimento feminista e movimento de mulheres. O primeiro entendo como mulheres organizadas para juntas reivindicar alguma coisa; contudo, essa reivindicação não está diretamente ligada a problemas específicos que atingem a mulher enquanto sexo/gênero. Serviriam de exemplo os clubes de mães, depar-

⁶ De acordo com Sarti (1985), Pinto (2003), Teles (1993) temos, em 1975, o Ano Internacional da Mulher decretado pela ONU; a criação do Movimento Feminino pela Anistia; a edição do jornal Brasil Mulher; e, no ano seguinte, a edição do jornal Nós Mulheres; realização do 2º Congresso da Mulher Paulista (1980); organização, em Belo Horizonte, do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher. Estes são alguns eventos que foram citados como sendo potenciais para a formação do debate sobre a condição da mulher no Brasil.

tamentos femininos de sindicatos, (...) que têm como reivindicações fundamentais melhorias nas condições de vida. (...) O segundo entendo como mulheres organizadas em torno de 'questões específicas', neste sentido essas mulheres questionariam a forma pela qual estão inseridas na sociedade, a discriminação que sofrem, e refletiriam sobre seus problemas enquanto sexo/gênero. (MIGUEL, 1988)

Havia a necessidade de se distinguir da luta de outras mulheres, geralmente pertencentes às classes populares. Deste ponto de vista, aquelas lutas, que envolviam desde reivindicações por creche até manifestações contra o alto custo de vida não poderiam ser denominadas como lutas feministas.

Por outro lado, como já mencionado, o movimento de mulheres pode ser caracterizado pelas lutas de mulheres de bairros periféricos, especialmente da Zona Sul e da Zona Leste.

Apesar disso, podemos citar a pesquisa de Moema Viezzer que buscou elucidar o "movimento de mulheres" enquanto outra modalidade do feminismo. Ela investiga os Clubes de Mães e relata como havia uma espécie de "preconceito" acadêmico em tratar dessas mulheres:

Os Clubes de Mães, que reúnem donas-de-casa dos bairros pobres da periferia, não têm

motivado o interesse de cientistas sociais (...) nem o seu movimento atraiu a atenção adequada daquelas e daqueles que têm trabalhado a questão do movimento feminista. (VIEZZER, 1989, p. 10)

Além disso, a autora questiona a relação entre os movimentos sociais e os Clubes de Mães indicando a hipótese de que:

(...) os Clubes de Mães deveriam ser estudados como parte do que já se chamava 'movimento de mulheres' e, por extensão, do movimento feminista geral. Trata-se, evidentemente, de um outro nível do feminismo, conforme se verificou mais tarde: as mulheres dos setores populares urbanos estão abrindo os caminhos que poderão levar a um feminismo de conteúdo, base e direção populares. (idem, 1989, p. 11)

Esses trabalhos, datados dos anos 80 e 90, emitiram uma visão parcial do "ser feminista", aproximando seus pares e distanciando outras mulheres. Nota-se no feminismo tradicional uma relação hierárquica e normativa entre o que é feminismo e o que não é. Por outro lado, também há visões alternativas, como de Viezzer, que tentam não manter essa hierarquização de maneira rígida e enxergam

O MOVIMENTO FEMINISTA FLORESCEU EM MUITAS MULHERES. NÃO SOMENTE O MOVIMENTO O ESTEREÓTIPO DE QUE EXISTE UMA ÚNICA REPRESENTAÇÃO DO QUE SERIA “A MULHER” E

a importância do movimento de mulheres na construção do que seria “feminismo”. Embora ainda tratem de maneira específica cada tipo de movimento de modo classificatório.

Nessa última década, podemos ver como o movimento feminista floresceu em muitas mulheres. Não somente o movimento ganhou mais militantes, também ganhou mais pluralidade destruindo o estereótipo de que existe uma única representação do que seria “a mulher” e acabando, além disso, com a ilusão de que as necessidades femininas são iguais. Essa tal “pluralidade” só não pode ser vista como algo pacífico no interior do movimento, pois foi uma conquista da luta de mulheres que foram invisibilizadas, marginalizadas e subjugadas.

No final da década de 80 e início dos anos 1990, o movimento feminista passou por uma transformação radical: tanto sua forma de atuação modifica-se (contexto de onguização), como é neste momento que o movimento apresenta diversos “rachas” e há a emergência da organização de mulheres negras (Silveira, 1999; Sousa, 2007), inserindo outras vozes e perspectivas nos estudos de gênero, como foi o caso do feminismo negro⁷. Quando este rom-

pe com a lógica de que todas as mulheres lutam pela mesma emancipação, há outra cisão⁸ dentro do movimento, neste caso, a distinção é marcada pela desigualdade racial, mas que também pode ser percebida enquanto relação de classe.

Nesse sentido, esse breve resgate histórico se justificava como tentativa de demonstrar que se o feminismo periférico pulsa intensamente hoje, suas raízes estão na luta de muitas mulheres que vieram antes de nós. Também é verdade que atualmente nós, mulheres da periferia, vivemos um momento diferente do feminismo brasileiro das décadas de 60 e 70. Contudo, em contexto de repressão ou democrático, na favela e na quebrada, a intervenção militar/policial sempre aconteceu e nos últimos anos se pode dizer que não melhorou, pelo contrário, nossa juventude está sendo assassinada. Ou seja, a nossa realidade não teve trégua da repressão.

E nesse sentido é que a história do feminismo brasileiro foi sendo escrita, sem que a nossa perspectiva fosse posta em pauta. E agora, depois de anos, estamos exigindo o nosso espaço de fala e reivindicando nossa representação no movimento feminista.

⁷ Há uma trajetória específica do feminismo negro no Brasil, em diálogo principalmente com o feminismo norte-americano. Contudo, não será possível realizar esse debate neste texto.

⁸ Tenho a reflexão de que primeiramente houve uma cisão no feminismo brasileiro, esta ruptura se deu entre as mulheres de classe média e as mulheres de classe popular. Foi um rompimento classista que distanciou a perspectiva das mulheres de classe popular do movimento feminista.

**GANHOU MAIS MILITANTES, TAMBÉM GANHOU MAIS PLURALIDADE DESTRUINDO
ACABANDO, ALÉM DISSO, COM A ILUSÃO DE QUE AS
NECESSIDADES FEMININAS SÃO IGUAIS.**



5.3 MULHERES E LUTA

POR DANI BRAGA

>>> Não é de hoje que vemos as mulheres nas situações mais precárias da sociedade. Em diferentes contextos e culturas a luta da mulher por seus direitos é banhada por sangue, suor, lágrimas e dor. Cada vitória alcançada vem acompanhada das vitórias de muitas outras mulheres, e da luta de cada uma delas contra as discriminações que vão além dos nossos corpos arredondados.

Precisamos falar das empregadas domésticas, que lutam para terem seus direitos respeitados e não serem escravizadas ainda hoje; da questão do aborto seguro, cuja negação segue fazendo vítimas entre as mais pobres que não podem pagar por ele e sofrem por uma hipocrisia burguesa e religiosa que nega a vida a mulheres adolescentes, prostitutas e vítimas de violência sexual; da necessidade de melhorias no sistema de cárcere feminino; da violência doméstica e da prostituição infantil e seu recorte de gênero e classe que faz doer só de lembrar.

O maior desafio da discriminação encontra-se na intersecção entre pobreza, raça e gênero. As estatísticas mostram que as mulheres estão cada vez mais escolarizadas, ocupando postos de trabalho com carteira assinada, mas, se pensarmos em direitos para as mulheres, veremos que nem todas são atendidas por eles. Enquanto as brancas lutavam por igualdade de direitos, as negras lutavam pelo direito de existir enquanto gente.

Os direitos das mulheres negras não são exigências comuns a todas, nossas queixas são parte da nossa construção como mulheres que detêm conhecimento sobre sua condição social periférica de todos os cantos do país e zonas rurais, e se empoderam disso, algo que não é fácil! Pois como pensar em “construção”, “condição social”, “subjetividade”, se escolaridade não temos, se somos constantemente machucadas por nossos parceiros, nos dividimos cuidando de nossas casas e de casas de outras pessoas, deixamos nossos filhos aos cuida-







dos de parentes ou estranhos para cuidar dos filhos dos outros. Ser mulher, pobre e preta é o mesmo que dizer que estamos limitadas a ter poucos ou nenhum direito na sociedade. Precisamos brigar com unhas e dentes para que sejam atendidos os poucos direitos que temos, pois a lógica de se fazer cumprir leis na nossa sociedade é atravessada pelo preconceito racial e pelo poder do capital, ou seja, a mesma lei funciona pra uns e pra outros não.

As relações de trabalho também nos falam como as mulheres pretas e pobres são marginalizadas, menos escolarizadas, mal remuneradas e, consequentemente, se mantém por mais tempo estagnadas, sem evolução. São inúmeras as pesquisas (o Ipea fez uma recentemente), palestras, seminários e movimentos sociais que comprovam isso. Mas quem é de periferia não precisa de muito, basta lembrar de suas vizinhas, mães e até de nós mesmas, que já tivemos que cuidar de nossas próprias casas e crianças, e ainda fazer trabalhos de domés-

ticas. Lembro-me de quando eu tinha 12, 13 anos e minha mãe se sentia muito orgulhosa porque eu levava dinheiro pra casa (R\$ 150,00) por trabalhar na casa da minha madrinha e cuidar dos três filhos dela, que na época tinham 8 meses, 3 e 8 anos, além de dormir lá. Saí porque o cachorro deles me mordeu e peguei uma infecção. Não nego que por um tempo eu me senti importante, ganhava dinheiro e pude comprar a minha primeira calça jeans.

Ouvi recentemente uma frase: “eles que são pretos que se entendam”. Discuti com quem a proferiu sobre o racismo implícito nela, mas essa frase, além de racista, representa o quanto estamos sozinhas nessa luta. É preciso bater sempre nessa tecla, não se trata de vitimismo, queremos o melhor, e estamos longe de ter o melhor; não queremos um pouco de conforto, queremos conforto, não é ostentação, não é ser rica, ser “rica” implica em individualidades e comportamentos gananciosos burgueses. Somos Ubuntu e o que queremos,



queremos para todas. Sabemos que somos pouco vistas, que nossos problemas são tratados com menor prioridade - nossos problemas de saúde, ainda que muito graves, podem esperar, podemos ficar sem cirurgias, sem tratamento psicológico para nossas dores (Que dores?! Desde quando mulher preta reclama de dor?!), sem remédios... somos resistentes, mas até quando vamos resistir sem questionar? Até quando seremos fortes e a nossa força de mulher guerreira será sugado pelos afazeres domésticos e para o trabalho sobrando pouco para um curso ou uma faculdade e trabalhos sociais? Fazemos parte dessa luta, pois as nossas vidas e dos nossos é a única causa dela! ■



RACISMO E PRECONCEITO, SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE.

POR JUSSARA DIAS E JOSÉ MOURA GONÇALVES FILHO*



* JUSSARA DIAS É Psicóloga do Instituto AMMA Psique e Negritude, organização não-governamental que tem por missão a identificação, elaboração e desconstrução do racismo e seus efeitos psicossociais - www.ammapsique.org.br.
JOSÉ MOURA GONÇALVES FILHO é Conselheiro Consultivo do Instituto AMMA Psique e Negritude e Professor, pesquisador e psicanalista no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP).

I O PRECONCEITO NOS FAZ OPERAR NO ENGANO

>> O Racismo e o Preconceito Racial nos fazem operar no engano, pois ditam ideias a respeito dos diferentes grupos populacionais que não são factíveis. Por exemplo, a ideia secularmente propagada de que negros são “inferiores” e brancos são “superiores”.

No campo do trabalho, essa ideia se materializa quando funções subalternas são destinadas a negros, e cargos de comando são ocupados por brancos. E o que sustenta essa configuração é altamente falacioso, nos faz acreditar em algo falso e, assim, nos induz ao erro.

Trata-se de um equívoco que produz realidade e traz consequências. A ideia equívoca de superioridade e inferioridade é ingrediente das práticas racistas que produzem desigualdade social, por exemplo, desigualdade fundada na cor/raça/etnia.

As estatísticas demonstram que a porcentagem de negros e negras em cargos de direção é significativamente baixa. No biênio 2011-2012, segundo a Fundação Seade¹ e Dieese², a PED³ revelou que negros estiveram massivamente ocupados em atividades de execução e escassamente engajados em postos de direção e planejamento. Na Região Metropolitana São Paulo, por exemplo, tínhamos 61,1% dos negros ocupados em atividades de execução e 5,7% em atividades de gestão.

Segundo o IBGE, dados da PNAD⁴, em 2011, no Brasil, 61% das mulheres ocupadas nos serviços domésticos eram negras.

Esta composição no mercado de trabalho representa uma grande cilada, na qual a relação causa e efeito entre racismo e realidade fica invertida: a realidade produzida pelo racismo se torna causa do racismo, e o racismo que produziu a realidade se torna efeito da realidade.

De tanto vermos negros empregados e brancos empregadores, acabamos por validar a ideia de que os negros são destinados ao lugar social de subordinados e os não negros ao lugar social

de dirigentes. Mas essa ideia equívoca precedeu a produção dessa realidade, e foi consolidada por meio de práticas racistas.

O PRECONCEITO É UM EQUÍVOCO INEVITÁVEL NO QUADRO DA DOMINAÇÃO

O Preconceito Racial, um ingrediente do racismo, além de nos fazer operar no engano, de produzir realidade e trazer consequências, é inevitável no contexto da dominação, ou seja, num contexto marcado pelo antagonismo entre grupos subalternos e soberanos. O preconceito é tão antigo quanto a dominação. A dominação sempre se fez acompanhar pelo preconceito para legitimar-se.

Os dominadores produzem equívocos sobre os dominados para dominá-los. E os dominados são necessariamente desqualificados pelos dominadores para justificar a dominação. Assim, pequenas diferenças entre dominadores e dominados são percebidas como sinais de inferioridade e superioridade.

Por exemplo, o preconceito racial produz equívocos baseados em pequenas diferenças apontadas como atributos valorativos:

- Uma cor de pele fica ditada como uma cor inferior;
- Um formato de nariz é percebido como disforme;
- O cabelo crespo que tem o seu jeito próprio de ficar bonito ou de ficar feio, é percebido quase sempre como feio, ruim. O cabelo liso é o cabelo bom, bonito.

1 FSEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.

2 DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.

3 SISTEMA PED – Pesquisa Emprego e Desemprego.

4 PNAD- Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio

O PRECONCEITO RACIAL PRECISA SER PERCEBIDO POR QUEM O PRÁTICA E POR QUEM O SOFRE.

Práticas culturais, como a religião de matriz africana, por exemplo, são tidas como manifestações de segunda categoria.

Apesar disso tudo, de nos fazer operar no engano, de ser inevitável na ordem da dominação, o preconceito racial é um equívoco ressignificável, ou seja, pode ser desconstruído, desaprendido.

Por isso, o enfrentamento do racismo e do preconceito racial se faz necessariamente por duas vias: politicamente e psicologicamente. Não são vias equivalentes, são diferentes e complementares: tem coisas que a luta política não faz por nós, e tem coisas que a cura psicológica não nos garante.

No que se refere ao enfrentamento político, não vamos tratar aqui, pois desejamos enfatizar a dimensão psíquica do racismo. Mas, reconhecemos que todo esforço para a organização social democrática, onde as relações não obedeçam uma lógica onde haja comandantes e comandados, superiores e inferiores, mas relações com igualdade de participação e cooperação, contribui para o enfrentamento da dominação, e portanto do preconceito, que é também um ingrediente da dominação.

O enfrentamento político portanto, embora imprescindível, não é o bastante, pois o racismo não apenas viola direitos sociais, ele também prejudica a saúde física e psíquica dos indivíduos: podendo fazê-los ter pesadelos, desenvolver sintomas psicossomáticos, inibições e impedimentos.

Assim, o enfrentamento do racismo requer, por um lado, experiência de participação social com equidade, um princípio de justiça social que objetiva eliminar as desigualdades políticas e sociais. E, por outro lado, requer a interpretação dos efeitos psicossociais instalados.

Para promover a superação desses efeitos nos indivíduos que foram golpeados pelo racismo, o preconceito racial precisa ser percebido por quem o pratica e por quem o sofre. Ele precisa ser admitido como algo que age em nós - em nós que o praticamos, e em nós que o sofreremos - age diferentemente nos que praticam e nos que sofrem, mas age em ambos.

Quem pratica o preconceito provoca uma ruptura com o pacto social, destitui o outro do seu lugar na comunidade humana, vai na contramão da humanização.

Quem sofre o preconceito é colocado fora do pacto da comunidade humana, é deslegitimado de tal maneira que reedita uma condição de desamparo, levando à angústia.

Não é qualquer tipo de sofrimento, é angústia, na ordem do desamparo absoluto. Um sentimento ligado ao impacto da experiência de desumanização, que marca corpo e subjetividade.

Humanizar também significa dar respaldo. O pacto da comunidade humana respalda o desamparo, mas quando o indivíduo é banido e não encontra esse respaldo na comunidade, pode viver o desamparo como algo isolado, como algo somente seu, o que pode levar a um estado de acumamento, de impedimentos. Ele sente-se constrangido de frequentar lugares, tem medo de ser visto como inadequado, e isso o inviabiliza de fazer o pacto, de se inserir socialmente.

Enquanto esses comportamentos forem tratados somente como o resultado de um sentimento de inferioridade, uma inibição individual, não haverá superação. É preciso também compreender a relação da inibição com a experiência histórica-política dos negros no Brasil. ■

**O PRECONCEITO RACIAL
PRODUZ ANGÚSTIA.**



OS NÚCLEOS COMUNITÁRIOS DE PRÁTICAS RESTAURATIVA



“ A COMUNIDADE É O ESPÍRITO, A LUZ-GUIA DA TRIBO, É ONDE AS PESSOAS SE REÚNEM PARA REALIZAR UM OBJETIVO ESPECÍFICO, PARA AJUDAR OS OUTROS A REALIZAREM SEU PROPÓSITO E PARA CUIDAR UMA DAS OUTRAS. O OBJETIVO DA COMUNIDADE É ASSEGURAR QUE CADA MEMBRO SEJA OUVIDO E CONSIGA CONTRIBUIR COM OS DONS QUE TROUXE AO MUNDO, DA FORMA APROPRIADA. SEM ESSA DOAÇÃO, A COMUNIDADE MORRE. E SEM COMUNIDADE, O INDIVÍDUO FICA SEM UM ESPAÇO PARA CONTRIBUIR. A COMUNIDADE É UMA BASE NA QUAL AS PESSOAS VÃO COMPARTILHAR SEUS DONS E RECEBEM AS DÁDIVAS DOS OUTROS ”

“ ... A FALTA DE COMUNIDADE DEIXA MUITAS PESSOAS COM MARAVILHOSAS CONTRIBUIÇÕES A FAZER SEM TER ONDE DESAGUAR SEUS DONS, SEM SABER ONDE PÔ-LOS. QUANDO NÃO DESCARREGAMOS NOSSOS DONS, VIVENCIAMOS UM BLOQUEIO INTEIRO QUE NOS AFETA ESPIRITUAL, MENTAL E FISICAMENTE, DE MUITAS FORMAS DIFERENTES. FICAMOS SEM TER UM LUGAR ONDE IR, QUANDO TEMOS NECESSIDADE DE SER VISTO ”.

O ESPÍRITO DA INTIMIDADE. SOBONFO SOME



>> Ao longo destes mais de dois anos de projeto diversas pessoas participaram das formações e se identificaram com a proposta, engajando-se nos processos de implementação dos Núcleos Comunitários de Práticas Restaurativas. Os princípios e práticas da justiça restaurativa – diálogo, escuta, círculo de paz, não punição, perdão, etc – foram, aos poucos, sendo apropriados e reelaborados pelos sujeitos de acordo com as necessidades e especificidades de cada grupo que começava a se comprometer com os Núcleos. Foram surgindo assim os cinco núcleos. Cada um desenvolvendo as atividades de acordo com suas realidades e demandas, mas todos buscando construir espaços comunitários de escuta, diálogo e restauração seja de relações ou de si mesmo.

Nas próximas páginas serão apresentadas experiências e percursos de cada um destes núcleos.

7.1 NÚCLEO DESABOTOAR

POR ALESSANDRA LEMOS DESIGANT E MARCO AURÉLIO CARDOSO MOURA

>>> Na atuação com Justiça Restaurativa, aprendemos que, além de problematizar as formas punitivas ao lidar com conflitos e situações problemáticas, nos deparamos com questões mais amplas, como as violências estruturais de classe, gênero e raça que deixam marcas subjetivas na construção da identidade das pessoas e sua reprodução nas relações interpessoais e também nas práticas institucionalizadas.

As consequências da reprodução desta violência estão presentes em nosso cotidiano e demonstram a necessidade urgente de construirmos espaços coletivos que valorizem as relações horizontais, a participação democrática, o resgate do valor comunitário e fortaleçam os laços de solidariedade. O DESABOTOAR é um Núcleo Comunitário que surge com esta demanda e encontramos, através das práticas restaurativas, elementos que fundamentam nosso posicionamento político e nos ajudam a resistir e fazer frente ao que temos por aí.

O DESABOTOAR – Núcleo Comunitário de Justiça Restaurativa - é um espaço de apoio para cuidar de conflitos e violências e dos danos causados por elas, propiciando um lugar de elaboração de dor e sofrimento, tendo em vista o fortalecimento da emancipação e autonomia das pessoas.

A proposta do Núcleo Comunitário de Justiça Restaurativa nasceu em 2014 durante as formações em Fundamentos e Práticas em Justiça Restaurativa através do Programa Jovens Facilitadores pelo CDHEP – Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo -, que na sua ideologia tinha como objetivo a implementação de núcleos comunitários. Na ocasião, três militantes de segmentos diferenciados interessados em fortalecer a luta contra as violências estruturais e cotidianas se reuniram com o intuito de formalizar um espaço para diálogo e formação e disseminar o conhecimento adquirido. Neste contexto, os facilitadores formados introduzem a metodologia como frente do Observatório da Juventude, com a supervisão da dos Jovens Facilitadores e do Centro Cultural da Juventude da Zona Norte.

Desenvolvemos a primeira formação em Fundamentos da Justiça Restaurativa para 23 jovens: 7 jovens do Observatório da Juventude e mais estudantes universitários que acompanham o Núcleo permanentemente. Este espaço mudou positivamente a forma como era visto o ciclo da violência na região do bairro da Brasilândia e nas relações de atendimento e serviços do Centro da Cultural da Juventude.

Em busca de parceiros e seu processo de construção e em função das muitas demandas de trabalho, o Núcleo estabelece parceria com o

APOIO PARA CUIDAR DE CONFLITOS E VIOLÊNCIAS E DOS DANOS CAUSADOS POR ELAS, PROPICIANDO UM LUGAR DE ELABORAÇÃO DE DOR E SOFRIMENTO, TENDO EM VISTA O FORTALECIMENTO DA EMANCIPAÇÃO E AUTONOMIA DAS PESSOAS.



PARA A FORMALIZAÇÃO EFETIVA PENSAMOS COLETIVAMENTE O NOME **DESABOTOAR**
“ABRIR A FLOR, A ALMA, OS CORAÇÕES, PATENTEAR, DAR CONHECER OU COMUNICAR



QUE SIGNIFICA, NO SENTIDO FIGURADO COISA DE QUE SE FAZIA **MISTÉRIO**".



Instituto Pilar e se torna um Programa da Organização como frente na metodologia e atuação. Para a formalização efetiva pensamos coletivamente o nome Desabotoar que significa, no sentido figurado “Abrir a flor, a alma, os corações, patentear, dar conhecer ou comunicar coisa de que se fazia mistério”. Essa definição dialoga diretamente com os preceitos das práticas restaurativas comunitária de empoderamento dos indivíduos através da reparação dos erros e transformação das atitudes.

O Desabotoar, no auge dos seus 14 meses de existência, tem como métodos e ações rotineiras encontros mensais de fortalecimento e discussão sobre violências estruturais. Estabelecemos uma rotina de sensibilização nos serviços e projetos do Instituto Pilar; mantemos parcerias com outros coletivos; realizamos encontros mensais dentro do Centro Cultural da Juventude com os profissionais da cultura que perpassam os funcionários do atendimento e a comunidade do entorno e os jovens do Observatório através de círculos de diálogo como forma de responsabilização e resolução de conflitos. Para além disso, criamos o Bloco de Carnaval Desabotoar com o objetivo de apresentar novas possibilidades e formas diferentes de lidar com os conflitos, através da expressão carnavalesca e a proximidade com a comunidade. Nosso bloco realizou suas festividades em praça pública e agregou muitas pessoas que solidificaram a parceria.

Essa busca intensa por parcerias e agregadores trouxe para o Núcleo casos de violência que estão em processo de facilitação, que é o cerne da Justiça Restaurativa.

Estamos em plena atividade, buscando fomentos para as formações que acontecerão no decorrer do percurso e financiamento para a disseminação da Cultura de Paz e facilitação de processos conflituosos.

7.2 NÚCLEO ESPORTE

POR CRIS OLIVEIRA

>> Em 2014 participei do curso Jovens Facilitadores de Práticas Restaurativas promovido pelo CDHEP. As vivências do curso trouxeram reflexões a respeito dos diferentes tipos de violência, e o quanto estas violências nos atravessam. A dinâmica do curso me fez acessar sentimentos ocultos, sentimentos que são inibidos por diferentes mecanismos e valores enraizados nos âmbitos social, familiar, educacional e cultural. No modelo social

que vivemos, aprendemos a não demonstrar sentimentos, não falar de nossas dores, não chorar, não sofrer, pois, a demonstração destes sentimentos nos enfraquecem. O curso trouxe dinâmicas que me fizeram refletir sobre a maneira como somos afetados pelas violências e como as reproduzimos. Palavras como verdade, subjetividade, julgamento, empatia e restauração foram desconstruídas e reconstruídas de uma maneira muito significativa



para minha vida. Tudo que vivi no curso mexeu muito com minhas emoções. A vontade era que todos a meu redor pudessem ter a oportunidade de sentir o que eu estava sentindo.

Trabalho em uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) chamada Instituto Esporte & Educação. Uma das minhas funções na instituição é realizar formação continuada para um grupo de 15 educadores, professores de educa-

ção física, que atuam em Núcleos Socioesportivos (NESE's). Estes núcleos são estruturados a partir de parcerias locais com associações de moradores e/ou parcerias institucionais, com escolas públicas que atendem crianças e adolescentes da comunidade, com atividades regulares e contínuas. São gerenciados nas dimensões pedagógica e administrativa, utilizando como estratégia atividades esportivas, sociais e educativas, cujo objetivo é contribuir com a formação de cidadãos críticos, participativos e transformadores.

Aos poucos, fui entendendo que para podermos, de fato, contribuir com a educação e transformação das meninas e meninos atendidos em nossas aulas, precisaríamos passar por um processo de transformação interior, de autoconhecimento, buscando entender minimamente as relações de poder estabelecidas e o quanto a profissão de professor-educador nos condiciona a reproduzir violências.

Conversei com minha coordenadora, que também havia feito o curso, a respeito da possibilidade de levarmos as práticas restaurativas para nossos professores-educadores, e percebi o quanto ambas estavam na mesma sintonia, a mesma vontade de disseminar e multiplicar tudo que havíamos vivido e sentido no curso.

O que mais preocupava era que iríamos levar a proposta de um curso que, especialmente na primeira etapa, a ESPERE (Escola de Perdão e Reconciliação), traz uma temática muito intrapessoal, e o contato com sentimentos pessoais em local de trabalho, para pessoas cuja a vivência era em sua maioria profissional, o que poderia ser mais complicado. Ainda assim, sentíamos a necessidade de compartilhar o que vivemos. Portanto, só saberíamos se daria certo ou não se tentássemos.

Conversamos com as educadoras do CDHEP a respeito da possibilidade de realizar o curso para nossos professores e a ideia foi abraçada desde o início. A partir deste momento, começamos um







FINALIZAMOS NOSSO CURSO EM DEZEMBRO COM UM CÍRCULO DE PAZ. A ENERGIA

diálogo com os professores sobre o Curso de Práticas Restaurativas. Realizamos duas formações prévias, a primeira com o tema “A construção das verdades” e a segunda sobre “Oprimido e opressor”. Ambos os temas foram abordados com a ajuda da metodologia utilizada no material do curso. Os professores-educadores demonstraram bastante interesse e envolvimento durante as atividades, ou seja, já tínhamos um bom indicador de que estávamos no caminho certo e a realização do curso poderia trazer a este grupo de professores outros olhares em relação a educação, a violência, a justiça. Outro instrumento utilizado para o diagnóstico foi a pergunta:

O QUE ESPERO DESTA FORMAÇÃO? E AS RESPOSTAS FORAM:

“ESPERO APROFUNDAR MEUS CONHECIMENTOS SOBRE JUSTIÇA RESTAURATIVA, PARA EXERCER ESSE MÉTODO, TENTANDO ENTENDER O SER HUMANO POR COMPLETO, ME TORNADO UMA PESSOA MAIS REFLEXIVA”.

“ESPERO QUE ESTA REUNIÃO NOS PREPARE E FAÇA VER HUMANAMENTE E INDIVIDUALMENTE CADA ALUNO. ALÉM DE ME FAZER OLHAR UM POUCO MAIS PRA DENTRO DE MIM E ME CONHECER MELHOR”.

“A EXPECTATIVA É ENTENDER MAIS SOBRE O TEMA DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS, RELACIONAR E COLOCAR EM PRÁTICA AS AÇÕES DENTRO DE CONFLITOS QUE SURGEM NAS AULAS”.

“ESPERO COMPREENDER MELHOR O TEMA JUSTIÇA RESTAURATIVA, RELEMBRAR ALGUNS ASSUNTOS PARA FUTURAMENTE COLOCAR EM PRÁTICA”.

“ENTENDER SOBRE O ASSUNTO PARA QUE POSSA DE ALGUMA FORMA UTILIZAR UM DIA”.

“COMPREENDER SOBRE JUSTIÇA RESTAURATIVA, METODOLOGIA, CONCEITO, OBJETIVOS E QUAL O PÚBLICO ALVO”.

“ESPERO AGREGAR VALORES NA MINHA VIDA ACADÊMICA E PESSOAL. E QUE O CURSO SEJA MAIS DETALHADO, POR SER UM TEMA MUITO AMPLO”.

A partir daí construímos um cronograma de encontros e, no dia 30 de março de 2015, iniciamos o curso para os professores-educadores do Instituto Esporte Educação.

Como mencionei, a primeira parte do curso ESPE-RE traz dinâmicas e atividades muito individuais, nas quais o sujeito entra em contato com violências, dores e sentimentos muito particulares, e isso assusta: não é comum em nosso cotidiano acessar estes sentimentos com tanta profundidade, principalmente no ambiente de trabalho. Então percebemos que a maior parte dos educadores, sentiram-se inibidos em se conectar consigo mesmos e, conseqüentemente, se expressar diante do grupo. Eles utilizavam diversos mecanismos de fuga em relação aos temas abordados: brincadeiras e piadinhas uns com os outros, respostas desconectadas com as perguntas. Era óbvio o quanto, direta ou indiretamente, o tema os deixava inquietos. Com o tempo, os encontros foram se tornando mais proveitosos. As atividades individuais, em duplas e especialmente os “grupos de confiança” foram essenciais para melhorar a integração do grupo e os educadores passaram a se expressar com mais naturalidade.

Todo o processo foi lindo. É perceptível a mudança nas atitudes dos educadores, o olhar para o outro, o cuidado em relação aos julgamentos prévios. Finalizamos nosso curso em dezembro com um círculo de paz. A energia positiva nos proporcionou trocas únicas. Penso que poucos têm a oportunidade de viver o que vivemos em local de trabalho.

Para finalizar, fizemos aos educadores que participaram a seguinte pergunta:

POSITIVA NOS PROPORCIONOU TROCAS ÚNICAS. PENSO QUE POUCOS TÊM A PORTUNIDADE DE VIVER O QUE VIVEMOS EM LOCAL DE TRABALHO.

QUAL FOI O IMPACTO DO CURSO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA EM SUA VIDA?

“PASSEI A SER UM POUCO MAIS COMPREENSIVO E TOLERANTE. CONTINUO TENDO MUITOS DEFEITOS, PORÉM ME DESPERTOU A PROCURAR SER MELHOR E FAZER A DIFERENÇA, PRINCIPALMENTE NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS, SEJAM EM CASA, NO TRABALHO OU NA VIDA”.

“PASSEI A DESENVOLVER MELHOR A FORMA DE ME EXPRESSAR EM GRUPO, DEIXEI DE SUPORTAR TUDO, PASSEI A ESCLARECER MINHAS ANGÚSTIAS, MEDOS E ANSEIOS. HOJE DEIXO DE SER PANELA DE PRESSÃO, E PASSO A EXPRESSAR DE FORMA EDUCADA E NÃO CONSTRANGEDORA COMO ESTOU ME SENTINDO”.

“...ME FEZ OLHAR PARA AS DIFICULDADES DO DIA A DIA, COM OUTROS OLHOS. UM OLHAR DE MAIS CARINHO E MENOS JULGAMENTO, DE MENOS COBRANÇAS, NÃO SÓ COM OS OUTROS MAS COMIGO MESMA, DE COMO TER A EMPATIA NA DOSAGEM CERTA, POIS EU NÃO POSSO DAR O MEU SOFRIMENTO COMO EXEMPLO PARA DIMINUIR O SOFRIMENTO DE OUTRA PESSOA E SABER OUVIR”.

“OS MOMENTOS EM QUE ESTIVE PRESENTE DURANTE O CURSO FORAM MUITO GRATIFICANTES PARA MIM, POIS APRENDI A OLHAR MAIS PARA DENTRO DE MIM, ENCONTRAR MINHAS FERIDAS, MEUS MEDOS E TENTAR AMENIZAR A DOR QUE SENTIA, TIRAR TODA RAIVA QUE ME CAUSAVA SOFRIMENTO E SAIR DO CICLO DE VIOLÊNCIA COMIGO MESMO E COM O OUTRO”.

“HOJE ME SINTO UM POUCO MAIS ALIVIADO EM RELAÇÃO A DORES E COM FERIDAS FECHADAS QUE ESTAVAM ABERTAS HÁ MUITOS ANOS. APRENDI A PENSAR E AVALIAR BEM UMA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA ANTES DE TOMAR UMA DECISÃO QUE POSSA AUMENTAR UM PROBLEMA QUE JÁ EXISTE”.

“FORAM MARAVILHOSAS A TROCA DE EXPERIÊNCIAS E AS DINÂMICAS EM GRUPO QUE NOS DEIXARAM CONFORTÁVEIS PARA DAR CONTINUIDADE AO PROCESSO, POIS NÃO É FÁCIL LIDAR COM EXPERIÊNCIAS TRAUMÁTICAS E NÃO ADMITIDAS. FOI UM CURSO DE MUITA PARTILHA, MAS EXTREMAMENTE INTRÍNSECO QUE, SEM DÚVIDA, MUDOU MINHA MANEIRA DE VER DETERMINADAS COISAS E LIDAR COM MEDO E ANSEIOS”.

“...COMPREENDI QUE NÃO TENHO O PODER DE JULGAR NINGUÉM EM MOMENTO ALGUM, POIS NÃO CONHEÇO OS MOTIVOS FAMILIARES OU CULTURAIS QUE LEVAM AS PESSOAS A COMETEREM ATITUDES DESAGRADÁVEIS, APRENDI A OUVIR MAIS E NÃO DAR CONSELHOS, POIS ERA ALGO QUE EU SEMPRE FIZ E NUNCA DEI IMPORTÂNCIA. ENTRE OUTRAS COISAS, APRENDI QUE A VINGANÇA NÃO É O MELHOR REMÉDIO”. ■

7.3 ZUMALUMA E AS PRÁTICAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA

POR MARIA ALVEZ LACERDA



>>> O Núcleo de Hip Hop Zumaluma – Resistência é Existência está localizado no Jardim Santa Tereza, município de Embu das Artes, na divisa com o distrito do Campo Limpo. Foi fundado em 1998 pelo militante da cultura hip hop, hoje convertido e ativista islâmico, Kaab Al Qadir (ex-MC do Tribunal Negro e Organização Xiita) com a participação da comunidade, a partir da criação de uma biblioteca comunitária. O nome Zumaluma faz referência a Zumbi dos Palmares, a Malcom X, a Martin Luther King e a Mandela.

Aos poucos, as atividades foram se expandindo: oficinas para comunidade; debates sobre racismo, genocídio da população negra, intolerância religiosa; além de atividades culturais envolvendo os 4 elementos do hip hop (Grafite, DJ, MC, B-Boy e B-girl) e rodas de samba. Hoje, o Núcleo é um importante polo cultural e político da região.

O Zumaluma se aproximou do projeto a partir da articulação e das formações, quando trouxemos a proposta da justiça restaurativa para nossa comunidade. Aqui entendemos a necessidade de termos encontros que nos ajudassem a pensar sobre a superação dos conflitos utilizando a metodologia absorvida na formação oferecida pelo CDHEP.

Entendendo que as relações estão permeadas de conflitos muitas vezes causados pela intolerância social, realizamos nossa primeira atividade em março de 2015, durante a qual abordamos o tema “Intolerância Religiosa”, sobretudo porque o Zuma se tornou um importante espaço islâmico na periferia. Tivemos a possibilidade de reunir, num mesmo espaço, diversos seguimentos religiosos, partindo do diálogo e do respeito





às escolhas do outro. Pessoas do islã, do candomblé, de igrejas evangélicas, do catolicismo, ateias, etc., estiveram presentes em uma tarde em que puderam partilhar situações nas quais sofreram algum tipo de violência e discriminação por professarem sua religião.

SIM NÓS PODEMOS!

Essa frase certamente é bem conhecida e ela sintetiza o que foi este dia. Um dia muito especial, um dia em que certamente ficou provado que a intolerância existe pelo simples fato da falta de informação, ou pelo excesso. Um verdadeiro bombardeio de informações desconstruídas geradas pela grande mídia, que estigmatizam grupos estimulando a violência e a intolerância.

Foi muito bom receber no nosso “quilombo” Zumaluma pessoas de distintos movimentos e também segmentos religiosos diversos, e ver que o respeito às diferenças foi o ponto maior de toda “Conversa-

-Ação” mediada pelas práticas restaurativas, ao ponto de ver pessoas se emocionarem apenas por se sentirem seguras, amparadas. Enfim, a possibilidade de poder expor sua realidade sem serem pré-julgadas antes mesmo de abrir a boca.

Este encontro gerou possibilidades, agregou pessoas e permitiu a troca de experiências. Contudo, esperamos impulsionar ainda mais o desenvolvimento das práticas restaurativas em conflitos que possam e devem ser solucionados através dessa metodologia. Acreditamos que a intolerância que permeia as relações é causadora de rompimentos que nem sempre seriam necessários se houvesse o mínimo de entendimento entre as partes. Conflitos que não precisariam chegar ao sistema judiciário, pois acreditamos que a punição só gera mais conflitos.

“A grande lei da cultura é esta: deixar que cada um se torne tudo aquilo para que foi criado capaz de ser.” ■



7.4 NÚCLEO MULHERES NEGRAS:

POR CARMEN FAUSTINO E FLÁVIA ROSA



>>> Somos Mulheres Negras, a maioria na Zona Sul de São Paulo, a maioria nas inúmeras periferias-desse mundão, a maioria no país. Mulheres negras, pobres, mães, filhas, bissexuais, lésbicas, heterossexuais e periféricas, que cotidianamente vivem uma avalanche de opressões, hostilidades e o não menos severo silenciamento de suas vozes, sua presença, seus amores e dores. Fomos jogadas em um abismo de escuridão, inércia e invisibilidade,

que naturalmente sufoca, despreza e desqualifica profundamente todo o legado e grandeza que envolve o ser mulher negra.

Para elaborar uma reflexão com a complexidade e a humanização necessárias sobre as vivências, conflitos e ciclos de violências que envolvem as mulheres negras, na perspectiva das práticas da justiça restaurativa, se faz necessário uma boa e generosa dose de sensibilidade, empatia e per-

NO GRITO MUDO, ECOAMOS O RITO DA COR E TRANÇAMOS HISTÓRIAS PRETAS...



cepção. Os olhares e raciocínio precisam estar em constante atenção, para que se atravesse a cortina de fumaça do racismo, abandono e solidão que encobre as verdadeiras histórias das mulheres negras e se enxergue a realidade. Esse cuidado se estende ainda às armadilhas sociais que perpetuam em falsas idéias de pieguice e vitimismo que perseguem as questões das mulheres negras.

Há séculos as mulheres negras são projetadas

e vistas como mulheres submissas aos diversos grupos de poder econômico e social. Somos vistas como as mulheres com corpos disponíveis e sexualizados, sem a necessidade de afetividade e respeito, as mulheres que são fortes e suportam todas as dores físicas e emocionais, as mães que podem criar sozinhas seus filhos, as mulheres que abrem mão de suas vidas para cuidar de outras, as mulheres que estão acostumadas a batalhar pelos seus objetivos e as mulheres que não reclamam de nada e aceitam com humildade e gratidão o pouco que é oferecido.

Vivemos a desconfiança em torno da nossa capacidade intelectual nos espaços acadêmicos, profissionais e sociais, nos empurram para os empregos e trabalhos de subserviência, condenam nossos traços, a diversidade dos nossos corpos, a textura dos nossos cabelos, nossas escolhas afetivas e sexuais. São milhares de estigmas, expectativas que há séculos somos condicionadas e cobradas a corresponder, que nem sempre são a nossa real e reflexiva escolha. A necessidade de socialização faz com que as muitas possibilidades de ser mulher negra sejam abafa-

das, por tentativas de enquadramentos que não nos cabem, nem nos contemplam. E não nos são permitidos questionamentos, muito menos negar esse lugar dado, pois de nós, se esperam sempre a aceitação e o silêncio.

Ser mulher negra é suportar as desconfianças e estereótipos que não escolhemos, mas que atravessam duramente o corpo e a alma abrindo feridas latentes, que não encontram alívio, cicatrização e se perpetuam ao longo dos anos. É ter que desenvolver ginga, malícia e aprender na marra, a manejar todas as ciladas e desafios que são oferecidos, travestidos de oportunidades, notoriedade e valor, é ter que levantar sozinha a cada rasteira levada e permanecer na estrada, pois o cansaço e a desistência não nos pertencem - nem teremos auxílio, já que nos consideram fortes o bastante -, é estar em punção e ser estrategista a todo o momento, para perceber a hora certa de transitar e gritar, se quiser ser vista e ouvida, mesmo sabendo que muitas vezes ouvir não significa entender e respeitar. Em uma sociedade que vê o corpo de uma mulher negra servil e sem voz na mídia, ou sendo arrastado pelas ruas da cidade turística com a mesma hostilidade ser mulher negra adoce a alma e mata nossos sonhos.

Nessa trajetória de afrontamento e contínua busca pelo ser mulher negra em sua plenitude e integridade, encontramos inúmeros entraves dificultadores, muita omissão, pouco preparo social e um enorme vazio nas ações voltadas às especificidades das Mulheres Negras. Não somos legitimadas em nossos discursos e muito menos amparadas pelas políticas públicas voltadas para a segurança, bem-estar, saúde física, psíquica e emocional das mulheres. O racismo e o machismo atingem fortemente espaços públicos de saúde, educação e de leis de proteção e defesa, que

deveriam, como prioridade e dever, acolher e respeitar as mulheres negras. A maioria de nós depende e precisa desses serviços, portanto, também estamos submetidas constantemente às práticas violentas que são banalmente difundidas.

Ao pensarmos que a maioria da população de nosso país é constituída de mulheres negras e periféricas, podemos dimensionar o tamanho da violência praticada diariamente, do silêncio imposto e da negação do nosso existir. É desesperador pensar nas inúmeras e dolorosas consequências do grito entalado na garganta e do peso nas costas da maior parcela do nosso país.

Existimos e resistimos pelas muitas estratégias de sobrevivência que herdamos das nossas antepassadas e obrigatoriamente desenvolvemos nos cotidianos, resistimos pelos subterfúgios que atravessam nossos caminhos e são transformados em oportunidades de superação e continuidade. Nessa caminhada de mulheres negras, repletas de espinhos, os intervalos para o respiro, descanso e autocuidado são raros e escassos. Nossos corpos respondem a esse abandono e, sem percebermos, as vidas de muitas de nós são tomadas pela dor, apatia e solidão.

Temos um turbilhão infinito de emoções, emaranhadas e conflituosas, que também nos trazem questionamentos e reflexões profundas sobre o lugar em que nos colocaram, os efeitos dessa subjetividade violentada constantemente equal caminho e lugar que realmente desejamos ocupar e seguir. O que podemos fazer por nós, para driblar esses perigos e sairmos do ciclo de dor e doença, uma vez que não podemos esperar ações de ninguém, pois reconhecemos a falta de humanidade e respeito que é dada a negros e negras?

Ao longo da caminhada, uma certeza nos acompanha: não aceitamos mais esse lugar de invisibilidade e silêncio e precisamos urgentemente cuidar de nós. Dentro de uma perspectiva contemporânea, se faz necessário desconstruir as mentiras, para retomar o valor e o respeito à ancestralidade das mulheres negras e o reconhecimento de suas trajetórias e contribuições no mundo.

Ser Mulher Negra é possuir peculiaridades que nos enchem de conflitos e certezas. Um legado extenso demais para ocupar as pequenas páginas das histórias rasas e mal contadas que permeiam o imaginário social coletivo. As violências que sofremos desde que estamos em diáspora não são roteiro novelesco, não são mito, não são exagero, muito menos fraqueza! É perverso e cruel, traumatiza nossa humanidade, marca profundamente nossos corpos, atrofia e bloqueia nossos movimentos, nos tira a capacidade de doar e receber afeto, prazer, confiança e paz.

Um feliz encontro nos proporcionou mergulhar no processo de construção do Núcleo Mulheres Negras. Juntas, abrimos um portal de possibilidades afetivas e a ampliação dos horizontes, que muitas vezes é limitado e ofuscado pela desconfiança e pela autoestima destruída. Transcendemos as imposições sociais e nos apresentamos aos espelhos de nós, nos presenteamos de afeto, doação e acolhida, ritual necessário para uma elaboração compreensiva e sensata das nossas dores.

O Núcleo Mulheres Negras nasceu de um silêncio herdado e ensurdecido que ecoou na periferia sul de São Paulo. Mulheres negras que já se encontravam em outras estradas, mas que, uma vez por mês, estão juntas para elaborar suas subjetividades conflituosas, carregadas de dores, alegrias e alívios. Um encontro que implodiu nossos corpos,

sufocados das imposições sem escolha; transbordou e explodiu pelas bocas, corpos, poros e olhar. Foi parido no grito forte, fino e estridente, que urrou aos ouvidos menos atentos, despertou da doença racista que por muitas vezes nos deixa inertes e nos projetou uma nas outras.

Nossos espelhos refletem igualdades e diferenças, forças e fragilidades, lágrimas e sorrisos. Quando nos colocamos em roda, olhamos umas nas outras em segredo e comungamos de uma energia acolhedora, que nos permite demonstrar somente o que desejamos, mesmo que seja apenas naquele momento.

É urgente sair da dor, minimizar os efeitos das violências que recebemos e dignamente poder dizer não a tudo aquilo que não aceitamos mais. Um empoderamento que nos possibilita traçar a continuidade ou um novo caminho, com mais saúde e bem-estar, decidindo nós mesmas pelo que nos agrada, ser mulher negra sem influências negativas e viver somente o que desejamos em nossas vidas.

As partilhas são repletas de momentos de fala, escrita e escuta, somos nós, nossa própria temática. As trocas de olhares e afagos acessam memórias e lugares esquecidos, não há espaço para o crivo do julgamento e podemos sucumbir como vier, pois a neutralidade é sensível e amorosa. No ápice das nossas emoções, percebemos a importância de localizar nossas doenças e expurgar o que não podemos mais carregar, para conseguir buscar entendimento e alternativas mais saudáveis para nossas vivências.

Descobrimos e construímos um espaço potencial de vida, repleto de sensibilidade, liberto de avaliações e de pudores. Ser mulher negra é ter um universo dentro do peito e nossa roda de amor e cura acomoda dignamente toda essa imensidão. Podemos escancarar tudo, ser e ter toda a intensi-

CERTEZAS. UM LEGADO EXTENSO DEMAIS PARA OCUPAR AS PEQUENAS PÁGINAS CONTADAS QUE PERMEIAM O IMAGINÁRIO SOCIAL COLETIVO.

SOMOS TRONCOS DE DIFERENTES ESPESSURAS, FOLHAS DE DIVERSAS TEXTURAS E



dade que foi abafada ao longo dos anos. E, a partir de um olhar panorâmico sobre nossa herança, que se entrelaça com a contemporaneidade, trazendo fortes dissabores e deleites, o Núcleo nos projeta para horizontes mais saudáveis e prazerosos, que acalantam nossos pesares e reafirmam com segurança nossos momentos de alegria e prazer por completo, pois também nos pertencem.

É nosso lugar de potencialidade, criado na base do amor, para a cura das nossas. O Núcleo Mulheres Negras é feito de momentos únicos de intimidade coletiva e pessoal. A cada história parecida com as nossas e de tantas outras, são renovados nossos olhares e expectativas para a vida. Potencializar os momentos de escuta, olhar, compreensão e afeto para nós e para as nossas, é perceber que existe uma trajetória conjunta e que nossas dores não podem mais ser abafadas.

O maior exercício aplicado nas práticas da justiça restaurativa é o exercício do silêncio, para ouvir a si mesma e a quem está com você. Não o silêncio doloroso da negação e desprezo que recebemos so-

cialmente há anos, mas o silêncio que se relaciona e potencializa diretamente o alívio e o conforto das companheiras, no momento em que cada uma faz a sua oração, joga para o círculo de paz e para o universo o seu ser mulher negra, sem preocupações com o aval social, apenas deixando fluir os sentimentos diversos.

Percebemos que ser mulher negra é muito mais do que nós mesmas conhecemos. É aprendizado constante, exercício de autoconhecimento e das práticas de afeto e respeito pelas nossas histórias. Mulheres negras de diversas gerações, vivências afetivas e sexuais, trajetórias familiares e sociais, partilham e experimentam o lugar da fala. Ouvir e confidenciar com mulheres mais velhas, crianças, mulheres casadas, solteiras, em singulares relações afetivas, de diversas profissões, vivências e anseios, reafirma os propósitos de que os processos de pertencimento são individuais, mas dialogam coletivamente. Somos troncos de diferentes espessuras, folhas de diversas texturas e frutos de muitos sabores, mas partilhamos da mesma raiz.

FRUTOS DE MUITOS SABORES, MAS PARTILHAMOS DA MESMA RAIZ.

São muitas histórias de continuidades e desconstruções que não cabem mais no silêncio. Os séculos emudecidos, aos pouco dão lugar ao exercício da oralidade e reaprendemos, por meio da fala, a nos colocar no mundo. Uma herança fundamental para se retomar a circularidade natural das nossas vidas, pois desejamos a totalidade da nossa existência.

Somos descendentes das detentoras desaberes milenares, que aprenderam na observação e vivências individuais e partilhadas, com o outro e com universo. E generosas em atividade como sempre foram, nossas ancestrais partilharam e ainda partilham desse conhecimento, aprendem e ensinam quem tiver ouvidos e respeito para oferecer. Mulheres que avistam o céu prevendo dias de trovoadas, aguaceiros e terremotos, mas com tranquilidade e consciência da importância do movimento do mundo, acalentam os corações e nos fortalecem na afirmação certa de que o brilho do sol virá ao final da tempestade. Deusas da magia da vida, do sangue sagrado que fertiliza a terra, revitaliza o cor-

po e carrega o próximo. Somos a continuidade, que ginha os próprios desafios, reconhece os erros, reforça os acertos e grita alto em busca de mais afeto.

A roda, o circular infinito, faz com que o silêncio da partilha, a cada encontro do Núcleo Mulheres Negras, seja preenchido de amor, cuidado e atenção de umas com as outras, é esse silêncio que desejamos. Nossos líquidos sagrados, sangue, lágrimas, suor, saliva estão umedecendo cada vez mais nossos momentos, posicionando nossos espelhos e nos refletindo uma para as outras. Somos espelhos de mulheres negras.

Sejamos noite e dia, luz e escuridão, para enxergarmos tudo o que está obscuro; sejamos amargor e doçura, frescor e ardor, para que cada uma perceba e escolha o que fazer com sua indigestão; sejamos rios, riachos, mares, cachoeiras, lagoas, goteiras, pororocas e tudo mais que for preciso para vazarmos e escorrermos o ciclo de renovação da vida. Com segurança e pertencimento, desejamos retomar a direção com as próprias mãos, para que cada uma escolhamos onde e com quem vai continuar a navegar. ■

7.5 PERIFERIA SEGUE SANGRANDO

POR CAROLINA TEXEIRA E JENYFFER NASCIMENTO





>> Periferia segue sangrando e não estanca. Não estanca porque nós mulheres sangramos diariamente espalhadas pelas periferias das cidades. Sangramos em carne viva, sangramos o sangue fértil da nossa menstruação, sangramos os desgastes e o peso do mundo em nossas costas. Mas, se sempre sangramos solitariamente e silenciosamente, descobrimos que é na nossa união que mora a potência. E veja, não é difícil sangrar quando olhamos para nossas vidas e das demais mulheres em nossos caminhos, percebendo que quase sempre estamos relegadas a ocupar um sublugar, vistas pelo prisma de uma subinteligência, que nos olham como donas de subvontades, subprazeres, subcriações e por fim, como seres que nasceram para exercer uma subexistência.

O núcleo Periferia Segue Sangrando nasce da necessidade de pensarmos a partir de nossas experiências de mulheres periféricas, de nos colocarmos em movimento unidas e romper o silêncio que é tão devastador. Pelo desejo de cura e companhia. Nesse sentido, falamos do encontro de mulheres com disposição para olhar nos olhos, para chorar as cicatrizes que nos cabem e para erguer a cabeça e poder seguir mais fortalecidas quando temos nossa voz ouvida e respeitada. Quando a compreensão e a compaixão se sobrepõem ao julgamento. Quando olhamos e reconhecemos nossas capacidades e força de expressão no mundo, tão contaminadas pelo individualismo e que aponta a seta da competição sempre para nós, mulheres. O que nos toca e nos alcança não surge da impo-

sição de uma demanda externa, pré estabelecida e com hora para acabar. Sentimos essa força que irrompe como um calendário vital surgido de nosso cotidiano, e que está em todos os lugares por onde passamos, mesmo que as pessoas ao redor ainda não tenham se dado conta.

Crescemos ouvindo nas nossas casas, nas escolas, dos companheiros e amigos que não podemos ser o que desejamos ser, e sim o que socialmente nos foi estabelecido em função do machismo. É mais sangue que jorra. Porque “Amélia não tinha a menor vaidade, Amélia que era mulher de verdade”. Porque somos o “cão de buceta e saia”, somos “trepadeiras”, porque ficou para nós o papel de “curar seu nego que chegou de porre lá da boemia” sem reclamar. E como interromper essa realidade que nos amedronta e nos oprime incessantemente?

A violência é um ciclo vicioso que nunca finda

quando se nasce mulher. Pensar o fim da violência de gênero só poderia vir de nós como uma resposta que busca quebrar paradigmas, evocando a ancestralidade feminina - aquelas que vieram antes de nós - as forças que vão do centro da terra, passam pelo nosso corpo até explodir no cosmos.

Em meados de fevereiro de 2015, reunimos um grupo de mulheres para pensarmos juntas alguns horizontes comuns, pois tínhamos a intuição de que havia uma fagulha incomodando cada uma em seus silêncios, e que precisava sair de alguma forma compartilhada. Levadas por uma necessidade que partiu das nossas experiências comuns, desenhamos um mês de março que fosse representativo, vivo e alegre. Longe dos clichês e das falsas intencionalidades de pedidos de desculpas ou reconhecimento tardio. Não se trata de ódio ou ressentimento, mas sobretudo nos baseamos corajosamente na afirmação do amor, do carinho, do





cuidado e da partilha. Abrindo espaço na roda para dialogar sobre os líquidos sagrados que são marcas dos nossos passos: suor, sangue, lágrima, saliva e sêmen. Com mulheres de todas as gerações: reunindo avós, mães, filhas, netas e sobrinhas. Mulheres negras, mulheres nordestinas, mulheres trabalhadoras, donas de casa, mulheres-meninas, mulheres cis e mulheres trans. Mulheres lésbicas, bissexuais e heteroafetivas. Mulheres do cotidiano. União capaz de causar um abalo sísmico, mas longe de gerar devastação e sim abrindo fendas por onde o sol possa entrar e brilhar.

O encontro é a potência humana. Quando entendermos que precisamos propiciar espaços em que caiba nossa teia de solidariedade certamente caminharemos por novas trilhas. Mais do que isso, mulheres da periferia, não querem ser periféricas no sentido matemático-geográfico. Ser mulher da periferia para nós, implica estar no centro das nossas experiências no mundo, implica não ser coadjuvante da própria vida – literalmente - não olhar

a vida passando pela janela. Um desejo quase incontrolável de libertação. Uma vontade individual nunca separada da experiência coletiva. Implica se olhar com compaixão num sentido poderosamente político de afirmar nossa existência a quem nos relegou à invisibilidade. Ser mulher da periferia é construir dentro de si o sentido periférico de morada, aconchego, abraço, amor e luta, é estar no centro das contradições do mundo imposta a nós.

Algo mágico acontece quando compartilhamos nossas histórias em processos circulares. Pensando para além da violação dos nossos corpos, o silêncio é uma das formas mais eficientes de nos fazer morrer. Quanto silêncio mora em nós? Não o silêncio da reflexão ou aquele que nos coloca em estado meditativo, mas aquele que nos aprisiona, que vai nos soterrando. O silêncio das horas que queríamos gritar e não saiu. O silêncio de todas as vezes que ousamos falar e não fomos ouvidas. Por isso, romper a barreira do silêncio é um ato extremamente corajoso! Falar abertamente diante de um grupo o que

por vezes não pronunciamos nem a nós mesmas e assim abrimos um canal de escuta dentro e fora de nós. Porque o que era só meu, agora é também da outra. Essa outra que acalenta e segura nossas histórias com cuidado. Onde o julgar e aconselhar não cabe. Em que cada pessoa tem seu espaço de fala e escuta. Onde a carne viva dói e sangra novamente. Mas dessa vez deixamos escorrer sem medo, porque o sangue das outras também virá ao nosso encontro. Abrir espaços de fala e escuta entre mulheres é revolucionário, pensando que revolução é a consolidação e processo simultaneamente, é construir o novo, entendendo que o novo só é possível olhando o que veio antes. É romper com o ciclo da culpa, remorso, tristeza, do ódio e da vingança, ampliando os horizontes afetivos de amor próprio, perdão, cumplicidade, compaixão e solidariedade.

Arriscamos dizer que o 8 de março de 2015 foi um dos dias mais bonitos e potentes da nossa existência, firmado no Jd. Ibirapuera, essa quebrada tão querida. Momento fundador, ali plantamos na semente do encontro um florescimento das mulheres que por ali passaram. Ali descobrimos ou reavivamos em nós, uma outra forma de convívio, de aprendizagem, de acolhimento e de luta. O sangue que escorre é o nosso. Mas agora, somos nós que, diante da reintegração de posse de nossos territórios marcamos simbolicamente o chão com o nosso sangue para que não esqueçamos que estamos vivas e percorrendo as periferias. renovamos os laços, a fé na Sangramos o chão da rua, da viela, do beco ao som dos tambores que soavam como chamadas a todas as mulheres que estavam em suas

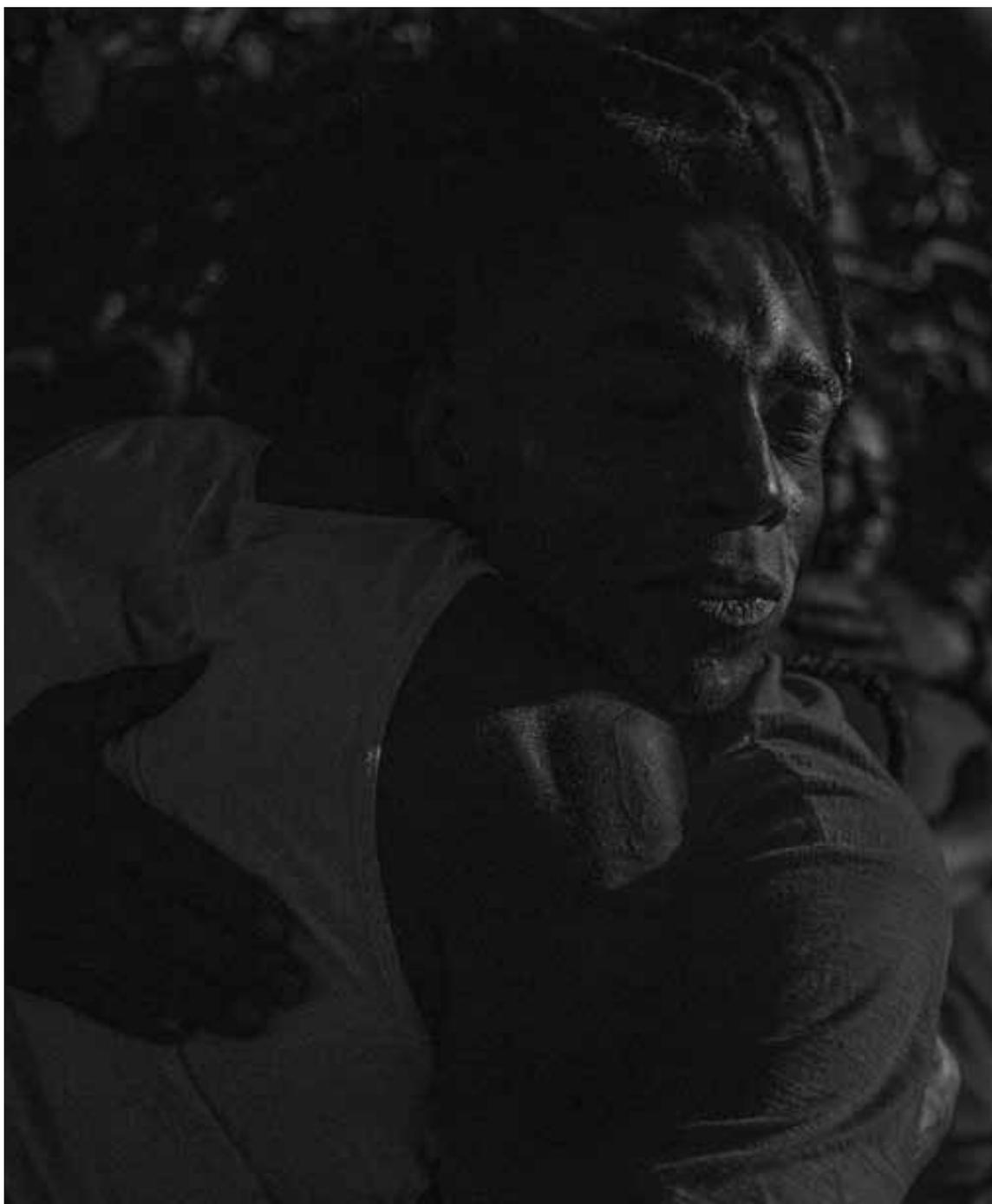
casas, e caminhamos ecoando uma ladainha para que não durmam um dia sequer sem lembrar que nós mulheres resistimos.

Em 2016, renovamos esse laço, firmamos os passos na mesma direção e o que antes era somente, já se pode ver florescer na entrega, no olhar e na presença, por tudo que nos atravessa e se faz travessia no cirandar nosso de cada dia.

Construir um tecido com nossas narrativas vivas, saídas do corpo, também tem um sentido político quando ganha as ruas. Ao mesmo tempo em que rompemos com o que nos silenciava assumimos que não podemos ocupar os diversos espaços em que vivemos da mesma forma que antes. A escola não será a mesma. Nossa casa não será a mesma. A rua não será a mesma. O compromisso e cuidado extremo com nossas dores, a opção por meio do amor não significa que estamos alheias ao mundo que nos cerca. Pelo contrário: demarcar o espaço em que nossos corpos se derramam e ocupar de forma íntegra nossos territórios se faz com a construção de uma teia de revide, com ações que são sustentadas pela união no dia-a-dia. O encontro Periferia Segue Sangrando é uma reintegração de posse no sentido mais amplo do termo, reintegração de posse dos nossos corpos (disputados pelo Estado, pela Igreja, pelos Homens, pela Indústria Farmacêutica...), e a reintegração de posse da rua e dos nossos espaços vitais. Da pia da louça suja ao beco escuro em que temos que caminhar ao voltar do trabalho. Da criação de outras relações e outros horizontes.

Sangue do meu sangue, sangue bom! ■





Periferia Segue Sangrando é um espaço potencialmente de mulheres, contudo, reconhecemos que o viver comunitário nas periferias é uma construção de homens e mulheres. Foi mirando esse senso de comunidade tão importante e base de nossas trajetórias e, em diálogo com companheiros e amigos, que surgiu a possibilidade de ampliarmos o espaço dentro do nosso encontro para criar um círculo com os homens. Espaço que os homens, entre eles, possam falar e pensar a partir de si. Acreditamos que lutar contra o machismo, requer que os homens possam se revisar, olhar seus privilégios e suas dores, aprendendo a nomear suas emoções e reconhecer sentimentos, tudo isso, dentro de um ambiente seguro, construído e pensado por eles. De homem para homem. E dessa maneira possam caminhar efetivamente lado a lado, na bússola da vida que sempre aponta para o norte.

DEPOIMENTOS



“ PARTICIPAR DO PROJETO DE “ JUSTIÇA RESTAURATIVA” FOI EXTREMAMENTE IMPORTANTE TANTO PARA MINHA VIDA PESSOAL QUANTO FORMAÇÃO PROFISSIONAL. APRENDER O REAL SIGNIFICADO DA PALAVRA “PERDÃO” ME LEVOU A ENXERGAR O MUNDO AO MEU REDOR DE MANEIRA DIFERENTE, HOJE AO ME PERCEBER EM UMA SITUAÇÃO COM POTENCIAL PARA REPRODUÇÃO DO CICLO DE VIOLÊNCIA SEI QUE HÁ UMA MANEIRA BEM MAIS ASSERTIVA DE LIDAR COM O CONFLITO. TENHO REPRODUZIDO O CONHECIMENTO ADQUIRIDO NO PROJETO NA MAIOR PARTE DAS MINHAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS E PUDE PERCEBER QUE MUITAS VEZES TAIS CONHECIMENTOS PODEM SER EMPREGADOS TAMBÉM DE MANEIRA PREVENTIVA OU ALIANDO COMO NA PROMOÇÃO DA PAZ. ”

MARIA RENATA



“ O PROJETO JOVEM FACILITADORES E AS PRÁTICAS RESTAURATIVAS FORAM APRENDIZADOS QUE MODIFICARAM O MEU MODO DE OLHAR O MUNDO E AS PESSOAS. CADA EXPERIÊNCIA VIVIDA NOS CURSOS FORAM UTILIZADAS PARA MUITO ALÉM DE UMA POSSÍVEL PRÁTICA PROFISSIONAL, MAS FORAM APRENDIZADOS QUE MODIFICARAM A MINHA VIDA PESSOAL NA LIDA COM AS PESSOAS E CONFLITOS. ME TROUXERAM INÚMEROS BENEFÍCIOS E UM DOS MAIS SIGNIFICATIVOS FOI A SAÚDE MENTAL, POIS DURANTE O CURSO DE PRÁTICAS RESTAURATIVA ESTAVA COM UM CONFLITO NO QUAL ESTAVA ME ADOECENDO E ME FAZENDO MUITO MAL, DURANTE ESTE PROCESSO E COM AS TÉCNICAS A METODOLOGIA PUDE SOLUCIONAR MEU CONFLITO DE MANEIRA SAUDÁVEL. ISTO NÃO TEM PREÇO, MEU MUITO OBRIGADO!!! ACREDITO QUE UM PROJETO TÃO IMPACTANTE NÃO PODE PARAR, TENHO CERTEZA QUE MUITAS OUTRAS PESSOAS PODERÃO SER BENEFICIADAS COM ESTA PRÁTICA METODOLÓGICA E POR ISSO NÃO PODE PARAR, ESTE PROJETO É MUITO IMPORTANTE PARA A SOCIEDADE ATUAL E SEUS COMPLEXOS CONFLITOS E PRINCIPALMENTE PARA A POPULAÇÃO PERIFÉRICA DE SÃO PAULO. ”

CRIS UCHÔA



“O CURSO DE FUNDAMENTOS DA JUSTIÇA RESTAURATIVA – ESPERE FOI IMPORTANTE PARA O MEU CRESCIMENTO PESSOAL E PARA APRENDER A LIDAR COM QUESTÕES INTERNAS QUE QUASE SEMPRE SÃO DEIXADAS DE LADO OU NOS FORÇAM A DEIXÁ-LAS DE LADO. DURANTE O CURSO FUI APRENDENDO A NOMEAR SENTIMENTOS E TRABALHAR COM ELAS, ALÉM DE DESCOBRIR MUITOS SENTIMENTOS QUE ESTAVAM EM MIM E EU NÃO PERCEBIA. ESSE OLHAR INTERNO QUE O CURSO PROPÕE É ALGO QUE ME FEZ PERCEBER O QUANTO SOU AGRESSIVO COM AS OUTRAS PESSOAS SEM PERCEBER, APENAS OLHAVA O QUANTO ÀS PESSOAS ME AGREDIAM. COM ISSO COMECEI A TER UM OLHAR DIFERENTE PARA AS PESSOAS A MINHA VOLTA E PARA O QUE CONSIDERAVA SUA AGRESSÃO, TENTANDO ENTENDER, PERDOAR OU DAR LIMITES PARA QUE NÃO ME AGRIDAM MAIS, RESPEITANDO MINHAS DORES E LIMITES, DEIXANDO DE FORMA CLARA QUE NÃO QUERIA MAIS. APRENDI A TER UMA VISÃO DIFERENCIADA DOS CONFLITOS E A SE COLOCAR NO LUGAR DO MEU AGRESSOR, ALGO QUE JAMAIS HAVIA FEITO ANTES, ASSIM TENTANDO COMPREENDER OS PORQUÊS E SEU PAPEL. REUMANIZAR O AGRESSOR É UMA TAREFA DIFÍCIL. MAS, NOS PERMITE SAIR DO LUGAR DA VÍTIMA. É LIBERTADOR. OS EXERCÍCIOS DE ESCUTA ME FIZERAM PERCEBER O QUANTO PASSAMOS POR CIMA DOS PROBLEMAS DAS PESSOAS E O QUANTO PODEMOS AJUDÁ-LAS SIMPLEMENTE DEIXANDO QUE FALEM SOBRE SUA HISTÓRIA E SUAS DORES. CONTROLAR OS MOMENTOS DE RAIVA, SABER OS SINAIS QUE O CORPO DÁ QUANDO ESTOU FICANDO NERVOSO E COM ISSO “SAIR DE CENA” PARA EVITAR UM NOVO CONFLITO FORAM ESTRATÉGIAS QUE ME AJUDARAM MUITO. POSSO DIZER QUE APRENDI MUITO E HOJE LIDO COM OS CONFLITOS DE OUTRA FORMA, ISSO ME AJUDOU EM VÁRIAS ESFERAS DA MINHA VIDA.”

MAURÍCIO ALVES

“AO FAZER PARTE DO PROCESSO DE ARTICULAÇÃO DO PROJETO E DAS PARTICIPAÇÕES NOS CURSOS, O QUE FICOU DE MAIOR IMPACTO FOI A REVELAR QUE AS PRÁTICAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA NÃO APRESENTAM UMA SOLUÇÃO FINAL PARA OS PROBLEMAS DE VIOLÊNCIA QUE NOSSAS QUEBRADAS SOFREM, PORÉM NOS AJUDOU E AJUDA A ENTENDER O PROCESSOS PUNITIVOS E SUAS ESPECIFICIDADES A PARTIR DE RELATOS CONCRETOS DE TODAS E TODOS OS ENVOLVIDOS. A PARTIR DESTE ENTENDIMENTO AMPLIEI O MEU CONHECIMENTO NA BUSCA DE RESOLUÇÕES DE CONFLITOS A PARTIR DAS ENVOLVIDAS(OS) NAS COMUNIDADES COMPREENDENDO AS RESPONSABILIDADES E OS PROCESSO DE CONCILIAÇÃO E RECONCILIAÇÃO NAS PRÁTICAS COTIDIANAS. O MEU NORTE VEM SENDO DE DESENVOLVER TRANSVERSALMENTE AS ATIVIDADES QUE TOCO JUNTO AS ESCOLAS PÚBLICAS A PARTIR DA PRODUTORA A BANCA DAS METODOLOGIAS DOS CÍRCULOS INVESTIGATIVOS E DE CONFIANÇA, EM ALGUNS MOMENTOS BUSCANDO O MÉTODO DO CONHECIMENTO DO CÍRCULO DE VIOLÊNCIA E COMO ROMPER COM OS MESMO JUNTO COM OS JOVENS QUE ESTÃO INSERIDOS NA NOSSAS PRÁTICAS, AMPLIANDO O ENTENDIMENTO DO PUNIR E DAS PRÁTICAS DE CONCILIAÇÃO DENTRO DAS ATIVIDADES E COMUNIDADES. ENTENDO QUE SE NÃO FOSSE DENTRO DO ESPAÇO DO PROJETO, PELA AMPLA PARTICIPAÇÃO DENTRO DA EQUIPE DE PARTILHAR DE CONHECIMENTOS, ESTUDOS E A ARTICULAÇÃO COM DIFERENTES PESSOAS DAS COMUNIDADES DA SUL, DIFICILMENTE TERIA A COMPREENSÃO DA TEMÁTICA, MÉTODO E METODOLOGIA QUE HOJE REGE MUITO DO MEU PENSAR E DAS MINHAS AÇÕES. VALEU A TODAS E TODOS QUE DE ALGUMAS FORMA CONFIOU E ACREDITOU NOS CÍRCULOS DE CONFIANÇA E QUE HOJE MUITOS AINDA SEGUEM. AXÊ.”

FABIANA IVO



“EXISTE A GABRIELA ANTES DA ESPERE, PRÁTICAS, NÚCLEO E A GABRIELA DEPOIS DE TUDO ISSO. FOI DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PARTICIPAR DO CURSO E RECONHECER OS DEMÔNIOS QUE EXISTIAM DENTRO DE MIM E PERCEBER QUE EU SOU SER HUMANO, NÃO SOU PERFEITA. E PODER SABER QUE TEM ALGUMAS COISAS QUE AINDA POSSO TRABALHAR. E QUE A DOR POR MUITAS VEZES SERÁ BEM VINDA, PARA QUE EU POSSA CHEGAR NA META DE NÃO SENTI-LA MAIS, OU DE DELA NÃO TER QUE FICAR NA MINHA VIDA AO PONTO DE EU NÃO SABER EXATAMENTE O QUE ESTOU FAZENDO COM A MINHA VIDA. EU TIVE MUITOS GANHOS E SOU SUSPEITA PARA FALAR DOS PROGRAMAS QUE ACONTECERAM. COMEÇOU COM A ESPERE, DEPOIS VIERAM AS PRÁTICAS DA JUSTIÇA RESTAURATIVA E CULMINOU COM O NÚCLEO DE MULHERES NEGRAS QUE EU NÃO TENHO NEM PALAVRAS PARA DIZER O QUE É O NÚCLEO DE MULHERES NEGRAS. SE TORNOU UMA PARTE DA MINHA FAMÍLIA, UMA REDE DE AMIGAS, DE MULHERES QUE ME APOIAM QUE ME DIRECIONAM, QUE COMPARTILHAM COMIGO MUITAS DAS FASES DA MINHA HISTÓRIA. ONDE EU POSSO FALAR SEM SER JULGADA, SEM SER INTERROMPIDA, SEM SER MAL OLHADA. ENFIM, EU POSSO DIZER QUE HOJE EU CONSIGO ABRAÇAR! HOJE EU CONSIGO ABRAÇAR PORQUE EU SEI QUE EU SOU UMA PESSOA QUE POSSO ABRAÇAR. PORQUE SOU UMA PESSOA QUE VOU TRAZER COISAS LINDAS, QUE VOU TRAZER COISAS MUITO BOAS COM O MEU ABRAÇO. COISA QUE AO DECORRER DESSES DOIS ANOS, ANTES DESSES DOIS ANOS, EU NÃO TINHA. FOI UMA COISA QUE EU PRECISEI TRABALHAR. SABER QUE EU PRECISO ME AMAR, PARA QUE OUTRAS PESSOAS VENHAM OLHAR PARA MIM E TAMBÉM PODER ME AMAR. É MUITO LOUCO ISSO PORQUE EU ME VEJO A DOIS ANOS ATRÁS COM TODOS ESSES MEUS QUESTIONAMENTOS, TODAS ESSAS MINHAS ANGÚSTIAS E HOJE SABER QUE MUITAS DESTAS ANGÚSTIAS JÁ FORAM RETIRADAS DE DENTRO DE MIM.”

GABRIELA FERRAZ



“O NÚCLEO DE MULHERES NEGRAS COM SEUS ENCONTROS E TROCAS TRÁS, DE FORMA NÍTIDA, EXPERIÊNCIAS E ACONTECIMENTOS ADORMECIDOS EM NOSSO PEITO. DÁ FORÇA PARA QUE NÃO ME SINTA SÓ QUANDO TRAZ A ANCESTRALIDADE E QUALIDADE EM LIDAR MELHOR COM MINHA VIDA E A DE OUTRAS PESSOAS.”

JERUSA MACHADO

“SINTO MUITA GRATIDÃO POR ESTE ESPAÇO ESPECIAL COM MULHERES NEGRAS, ONDE OUVI-LAS ME TRAZER RESPOSTAS QUE PROCUREI A VIDA INTEIRA! E ME VEJO NO NÚCLEO AMADA POR AMIGAS ONDE POSSO FALAR SEM JULGAMENTOS, SEM MELINDRE, SEM AMEAÇAS NAS ENTRE LINHAS E SEM MEDO DE SER FELIZZZZ! MUITO OBRIGADA POR FAZEREM PARTE DA MINHA VIDA!”

RAQUEL CLEMENTINO



“O SENTIDO DO NÚCLEO PRA MIM SE RESUME EM DESCOBRIR O QUE É O AMOR! O MEU AMOR... PORQUE O QUE EU CONHECIA ERA AQUELE QUE SEMPRE ME MACHUCOU, AQUELE QUE AO PENSAR ME CAUSAVA TREMORES HORRÍVEIS... QDO DESCOBRI O NÚCLEO E ME FIZ PARTE DELE DESCOBRI QUE AMOR NÃO ERA AQUILO, QUE ERA ALGO MUITO ALÉM, MUITO MELHOR E QUE TALVEZ EU NEM SAIBA EXPLICAR MAS EU TENHO CERTEZA QUE É A MELHOR SENSAÇÃO DO MUNDO!”

MARIA ALVES LACERDA

FIM DE UM CICLO, INÍCIO DE UM NOVO CAMINHO



“ A NÃO VIOLÊNCIA NÃO É, PRECISAMENTE, UMA VIRTUDE NEM UMA POSIÇÃO, E CERTAMENTE NÃO É UM CONJUNTO DE PRINCÍPIOS A SER APLICADO UNIVERSALMENTE. ELA DENOTA A POSIÇÃO IMERSA E CONFLITUOSA DE UM SUJEITO QUE ESTÁ FERIDO, CHEIO DE RAIVA, DISPOSTO A UMA RETALIAÇÃO VIOLENTA, E, NÃO OBSTANTE, LUTA CONTRA ESSA AÇÃO (MUITAS VEZES FAZENDO COM QUE A RAIVA SE VOLTE CONTRA ELA MESMA). A LUTA CONTRA VIOLÊNCIA É UMA POSSIBILIDADE AO ALCANCE DE ALGUÉM. SE NÃO HOUVESSE ESSA ACEITAÇÃO, SE UMA PESSOA SE POSICIONASSE COMO UMA ALMA ELEVADA, COMO ALGUÉM QUE, POR DEFINIÇÃO, NÃO CONHECE A AGRSSÃO VIOLENTA, NÃO HAVERIA DILEMA ÉTICO, CONFLITO NEM PROBLEMA. ESSA POSIÇÃO DE VIRTUDE OU ESSE PRINCÍPIO DE PUREZA RENEGARIA OU REPRIMIRIA A VIOLÊNCIA DE ONDE ESSAS POSIÇÕES SURGEM. ”

JUDITH BUTLER, QUADROS DE GUERRA

>> No início, dispúnhamos de uma caixa de ferramentas que eram os fundamentos e práticas da justiça restaurativa. Conceitos tais como diálogo, subjetividade, perdão, restauração, responsabilização, não punição, justiça; e atividades práticas de comunicação assertiva: círculo de paz, círculo vítima-ofensor-comunidade, dentre outros, eram os equipamentos para iniciar o processo de construção do projeto. Conforme se dava seu desenvolvimento, outras pessoas foram chegando e trazendo novas discussões sobre temas como o racismo, a violência institucional, as relações de gênero, desigualdade, etc., que ampliaram o debate em torno dos conflitos cotidianos, tornando-os mais complexos para nosso olhar. Mais do que divergências ou desentendimentos interpessoais, esses conflitos passaram a ser entendidos como poderosos lugares para dar visibilidade à reprodução das violências sociais no cotidiano, às relações desiguais de poder e às necessidades dos envolvidos em situações de violência. Começamos a considerá-los como potentes pontos de partida para o diálogo, para o entendimento de si e dos outros, enfim, para o fortalecimento dos envolvidos e, talvez, para a resistência à reprodução dessas violências sociais.

Nesse sentido, mais do que disseminar uma cultura de paz idealizada e distante dos dilemas concretos da vida cotidiana, sobretudo de quem suporta as contradições desta sociedade desigual, racista e ainda patriarcal nos territórios segregados das periferias da cidade, nossa proposta e percurso foi uma tentativa de construir espaços onde as pessoas pudessem

se ver nestas contradições, observar suas feridas, desnaturalizar as violências que atravessam tanto suas relações interpessoais, como a própria alma.

Somos constituídos também a partir da violência! Foi o que percebemos. Agora nos damos as mãos para nos apoiarmos umas nas outras, uns nos outros, para ressignificar a dor, para transformar relações, para construir espaços e discursos que resistam à opressão. Certamente não conseguiremos romper com os ciclos devastadores da violência que mata nossos jovens, que viola nossas irmãs, que humilha e invisibiliza nossas famílias. Mas somos capazes de partilhar e escutar, nos apoiando mutuamente quando novamente estivermos frente à frente com a violência, sendo vítimas ou perpetradores. Agora não só a vingança, a vitimização e o ressentimento estão disponíveis. Estamos juntas e juntos para cuidar das feridas, recriar relações, sonhar coletivamente com o futuro, fortalecer nossas lutas!

Todas e todos que participaram do processo, vivenciaram isto de algum modo, buscando transformar relações cotidianas ou se engajando na implementação dos núcleos comunitários de práticas restaurativas. Estes talvez representem o principal resultado do projeto. Demonstrando a tentativa permanente e incansável dos sujeitos em resistirem à opressão, em buscar a beleza nas relações, em sonhar com um mundo melhor para todas e todos.

Este foi o projeto Jovens Facilitadores de Práticas Restaurativas. Esta publicação representa o fim de um ciclo, mas com relação aos caminhos abertos, estamos apenas começando! ■ ■ ■

10

LEITURAS QUE NOS INSPIRARAM

- BAENINGER, Rosana. Crescimento da População na Região Metropolitana de São Paulo: desconstruindo mitos do século XX. In São Paulo: novos percursos e atores (sociedade, cultura e política)/ org. Lúcio Kowarick e Eduardo Marques – São Paulo: Ed. 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011.
- BENEDETTI, Juliana Cardoso. Tão Próximo, tão distante: a Justiça Restaurativa entre a comunidade e a sociedade. Dissertação de mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2009.
- BOONEN, Petronella Maria. A Justiça Restaurativa: um desafio para a educação. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2011
- BOURDIEU, Pierre. 1977 “Une classe objet”. Actes de la recherche en sciences sociales Année 17-18
- CHO, Grace M. Haunting the Korean diaspora : shame, secrecy, and the forgotten war. University of Minnesota Press, 2008
- DAS, Veena e Kleinman, Arthur. Introdução. In Violence and Subjectivity/ org. Das, Veena; Kleinman, Arthur; Ramphele, Mamphele; Reynolds, Pamela. University of California Press, 2000.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2008.
- _____ . Margens da política, fronteiras da violência: uma ação Coletiva das periferias de São Paulo. Lua Nova, São Paulo, 79: 201-233, 2010
- GURGEL, Telma. “Feminismos no brasil contemporâneo: Apontamentos críticos e desafios organizativos”. Temporalis, v. 1, n. 27, p. 57-76, 2014.
- HOOKS, bell. “Intelectuais negras”. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995
- KLEINMAN, Arthur. The violences of everyday life: the multiple forms and dynamics of social violence. In Violence and Subjectivity/ org. Das, Veena; Kleinman, Arthur; Ramphele, Mamphele; Reynolds, Pamela. University of California Press, 2000.
- KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009
- KOWARICK, Lúcio e Marques, Eduardo. Introdução. In São Paulo: novos percursos e atores (sociedade, cultura e política)/ org. Lúcio Kowarick e Eduardo Marques – São Paulo: Ed. 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011.
- MIGUEL, Sonia Malheiros. Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1988.
- PINTO, Céli Regina J. Uma história do feminismo no Brasil. Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; COSTA, Alice AA. “Feminismos, feministas e movimentos sociais”. Mulher e relações de gênero. São Paulo: Loyola, v. 1, p. 81-113, 1994.
- SARTI, Cynthia A. “Feminismo no Brasil: uma trajetória particular”. Cadernos de Pesquisa, n. 64, p. 38-47, 1985.
- SILVEIRA, Maria Lucia. Itinerários de Gênero e Re-significação da Cidadania. Tese de Doutorado. São Paulo, PUC/SP, 1999.
- SIMMEL, Georg. 1998. Les pauvres. Paris: Presses Universitaires de France.
- SOUSA, Sandra Maria Nascimento. Mulheres em movimento: memória da participação das mulheres nos movimentos pelas transformações das relações de gênero, nos anos 1970 a 1980. Tese de Doutorado. EDUFMA/PPGCS, 2007.
- TELES, Maria Amélia de A., Breve história do feminismo no Brasil. Vol. 145. Ed. Brasiliense, 1993
- TELLES, Vera da Silva. Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 359-373.



Jd. S.

Camp

Itape

Luís
o Limpo
cerica



